



PARCERIAS POR UM Brasil sem fome e mais justo

SOCIEDADE, EMPRESAS E GOVERNO JUNTOS
PARA GERAR RENDA E DIGNIDADE

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Sousa

Secretária Executiva

Márcia Helena Carvalho Lopes

Secretário Executivo Adjunto

João Domingos Fassarella

Assessora Especial do Fome Zero

Adriana Veiga Aranha

Secretário Nacional de Assistência Social

Osvaldo Russo de Azevedo

Secretária Nacional de Renda de Cidadania

Rosani Evangelista Cunha

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Rômulo Paes de Sousa

Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional

Onaur Ruano

Secretária de Articulação Institucional e Parcerias

Heliana Kátia Tavares Campos

Esta é uma publicação da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretária de Articulação Institucional e Parcerias

Heliana Kátia Tavares Campos

Diretora do Departamento de Articulação e Mobilização Social

Maria de Fátima Abreu

Diretor do Departamento de Articulação Governamental

Marcus Vinícius da Costa Villarim

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

<http://www.desenvolvimentosocial.gov.br>

Fome Zero: 0800-707-2003

Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Chefe da Ascom: Roberta Caldo

Esplanada dos Ministérios

Bloco C – 5º andar

70.046-900 – Brasília – DF

Tel: (61) 3433-1021

www.desenvolvimentosocial.gov.br

ascom@mds.gov.br

Conselho Editorial da UNESCO no Brasil

Vincent Defourny
Bernardo Kliksberg
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Ciências Sociais e Humanas

Carlos Alberto Vieira
Marlova Jovchelovitch Noletto
Rosana Sperandio

Redação: Amundsen Limeira, Ana Paola Valente, Camila Bini, Patrícia Saldanha, Regina Mamede, Taísa Ferreira

Diagramação: Fernando Brandão

Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite

Projeto Gráfico: Edson Fogaça

Fotos: Ana Torres, Carol Quintanilha, Jaciara Aires, José Martins, Marcelo Botelho/Obrito News, Bruno Spada/MDS

Jornalista Responsável: Roberto Baraldi

© MDS, UNESCO, 2006

Parcerias por um Brasil sem fome e mais justo: sociedade, empresas e governo juntos para gerar renda e dignidade. Brasília: MDS, UNESCO, 2006.
136p.

BR/2006/PI/H/8

1. Justiça Social – Desenvolvimento Socioeconômico – Parcerias – Brasil 2. Distribuição de Renda – Desenvolvimento Socioeconômico – Parcerias – Brasil 3. Fome – Desenvolvimento Socioeconômico – Parcerias – Brasil 4. Desigualdade Social – Parcerias – Brasil 5. Desenvolvimento Socioeconômico – Brasil I. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome II. UNESCO

CDD 303.372



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 3322-4261

Site: www.unesco.org.br

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Fortalecendo redes para a responsabilidade social	9
Trabalho e renda para as famílias pobres	11
Fome Zero	13
Responsabilidade Social – Instituto Ethos	17

DIAGNÓSTICO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS

Um Brasil para brasileiros	23
COEP	
Energia que vem da terra	27
Eletrosul	
Parceria contra a pobreza	33
Chesf	

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO

Saindo do silêncio	39
Furnas	
Fórmula de vida	45
INT	
Tece e acontece	51
ABIT	

APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO (Associativismo e Cooperativismo)

Ilha Viva, Sertão Vivo	57
Eletronuclear	
Na ponta dos dedos	63
Pastoral da Criança	
Contra a violência	69
Fiocruz	

INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA DE PRODUÇÃO

Peixe na rede	77
Eletronorte	

ACESSO A CRÉDITO

Donos da própria história	85
Banco do Brasil	
Aposta no micronegócio	93
Banco do Nordeste do Brasil	

COMERCIALIZAÇÃO

Caras do Brasil	99
Pão de Açúcar	
Texturas, cores e histórias	103
Caixa Econômica Federal	

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Molhar a terra	111
Petrobras	
A força do empreendedorismo	115
Sebrae	

ACESSO À ÁGUA E À ALIMENTAÇÃO

O milagre da água	123
ASA/Febraban	
O prato do povo	127
Coca-Cola	

DOADORES EVENTUAIS

Guitarras, telas, remédios e alimentos	133
--	-----

APRESENTAÇÃO

Senhores e Senhoras,

Em junho de 2006 o Governo Federal atingiu a meta prevista de 11,1 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, ou seja, a quase totalidade dos pobres brasileiros contabilizados oficialmente pelo IBGE estão tendo um acréscimo médio em sua renda de cerca de vinte por cento por meio de transferências financeiras. É uma vitória a se comemorar na luta contra a fome e a miséria no Brasil. Ainda assim, em razão da enorme dívida social, essa luta é apenas “a ponta de um grande *iceberg*”, diante do desafio de trazer ao país o verdadeiro desenvolvimento que pressupõe e integra a justiça social.

O grande emblema dessa luta é o Fome Zero, um conjunto de ações governamentais e não-governamentais e de políticas públicas que visam assegurar o direito humano à alimentação adequada – por meio da promoção da segurança alimentar e nutricional – e estão vinculadas à busca da erradicação da extrema pobreza e da conquista da cidadania para a população mais pobre. O Fome Zero foi criado pelo Governo Federal em 2003, mas é consequência de uma luta, cujo marco inicial é o Movimento pela Cidadania Contra a Fome, encabeçado pelo saudoso sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e se desdobra com o trabalho incansável de toda a sociedade civil: de empresários a movimentos sociais.

Com a criação, há dois anos e meio, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Governo Federal assumiu a tarefa de conduzir o Fome Zero como política pública, coordenando as ações governamentais e gerenciando as parcerias não-governamentais. É um processo permanente, no qual é fundamental contar com a participação e a contribuição da sociedade civil. O Brasil está avançando na luta contra a fome e contribuindo para que as famílias que são o foco do trabalho de proteção e promoção social – direito republicano e constitucional – tenham também o direito à emancipação.

O maior desafio agora é fortalecer as ações e os programas de geração de trabalho e renda, desenvolvidos justamente para que se consiga a emancipação das famílias pobres. Já houve um avanço fundamental: a criação do cadastro único das famílias necessitadas. Com ele, e por meio dele, é possível focalizar melhor o público beneficiário dos programas de inclusão social, propiciando a concentração de esforços nas parcerias com o setor privado, garantindo um alinhamento estratégico com as políticas públicas formuladas, de forma a dar sustentabilidade a todas as ações, tanto as de iniciativa do governo como as de

iniciativa privada. Isoladas, essas ações não têm continuidade, muito menos o alcance desejado. Sem essa continuidade, e privadas da escala necessária para crescer e se fortalecer, elas deixam de atender o objetivo maior: transformar definitivamente essa realidade.

E é com esse objetivo – fazer a diferença para essas pessoas e essas regiões – que todos estão convidados a melhor conhecerem as políticas públicas que compõem a estratégia Fome Zero e as experiências bem sucedidas de alguns dos parceiros já instituídos. Governo Federal e sociedade unidos podem potencializar todas essas ações e transformar iniciativas, muitas vezes desarticuladas, em grandes projetos que resultem na formação de associações, cooperativas e de sociedades ativas fortalecendo a inclusão produtiva e a economia solidária.

Assim, será possível dar mais um passo para a emancipação das famílias pobres, depois de garantida a segurança alimentar que resgata sua dignidade. Um passo que deixa o Brasil cada vez mais próximo da conquista civilizatória pela qual nosso país luta, alinhando o fim da miséria e da fome com a emancipação e a promoção social, resgatando a auto-estima dos pobres, preservando-lhes as famílias e transformando a nossa realidade.

Patrus Ananias

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

FORTALECENDO REDES PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL

É com grande satisfação que a UNESCO publica em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, experiências de parcerias brasileiras em políticas públicas de corte social.

A publicação em questão é uma iniciativa da Área de Ciências Humanas e Sociais (Desenvolvimento Social) da UNESCO no Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que reconhece o valor dessas experiências de parcerias na área social, a Área de Ciências Humanas e Sociais no Brasil coloca em prática uma de suas principais missões: a de expandir o conhecimento e promover a cooperação intelectual a fim de facilitar transformações sociais alinhadas com os valores universais de justiça, liberdade e dignidade humana.

No caso desta publicação, os esforços em favor das transformações sociais podem ser verificados de várias formas, e com o envolvimento dos mais diferentes parceiros, todos igualmente importantes para o sucesso das iniciativas desenvolvidas pelo MDS e os expressivos resultados alcançados até o momento.

Parte desse sucesso encontra nos próprios atores internos do MDS suas razões de ser. Exemplo disso está na Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP, que tem como um de seus principais objetivos dar visibilidade às ações de parcerias do Ministério e ampliar suas redes de parceiros. Assim, contribui para o fortalecimento das políticas públicas de combate à fome e inclusão social e reforça o trabalho articulado, integrado e coordenado com outros parceiros, governamentais e não-governamentais, potencializando os resultados positivos do conjunto de políticas sociais brasileiras.

Promover o desenvolvimento social no Brasil é tarefa sobretudo do poder público. Entretanto já não há mais dúvidas de que a contribuição de diferentes atores é fundamental. Terceiro setor, iniciativa privada e a sociedade civil podem e devem contribuir para que os resultados de políticas públicas possam ser ainda mais significativos e ganhem escala e potencial de replicabilidade.

Esta publicação traz agora alguns exemplos de como a ampla rede de parceiros do MDS, que já ultrapassa a marca de cem colaboradores – advindos do governo, sociedade civil e da iniciativa privada –, se trabalhados de forma eficiente e coordenada, pode produzir benefícios ao maior número possível de brasileiros em situação de vulnerabilidade e risco social.

Para a UNESCO é motivo de orgulho estar associada a esse tipo de iniciativa, que reforça a importância e o indiscutível papel da responsabilidade social no Brasil, articulado a um trabalho comprometido da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias na busca por caminhos que possam ampliar as oportunidades e reduzir a pobreza no país.

Mais uma vez, a UNESCO está convicta de que dividir as experiências aqui relatadas com toda a sociedade brasileira e com outras nações pode contribuir para multiplicar os frutos positivos produzidos pelo MDS e pelo governo brasileiro com a fundamental participação de segmentos diversos da sociedade brasileira.

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil a.i.

TRABALHO E RENDA PARA AS FAMÍLIAS POBRES

Um esforço vigoroso para gerar de forma sustentável trabalho e renda para as famílias pobres, vulneráveis, beneficiárias de programas sociais, está em curso no Brasil. Desafio complexo, que depende de muitas iniciativas, da responsabilidade de diferentes atores governamentais, empresariais e de mobilização social. Por essa razão, em janeiro de 2003, ao lançar a estratégia Fome Zero, o Governo Federal definiu que ela seria de responsabilidade dos governos e de toda a sociedade brasileira.

Eradicar a fome no Brasil, com ações urgentes e estruturantes é mais que um compromisso de governo, é um propósito de nação. Até que todos cidadãos e cidadãs brasileiros(as) possam ter em sua mesa três refeições diárias e, ao mesmo tempo, apoio em atividades de inclusão produtiva, de geração de trabalho para obterem uma renda digna, deve haver mobilização em massa dos diversos atores sociais. É preciso ir fundo na raiz dos problemas para que as soluções sejam eficazes e sustentáveis. Para tanto, há que se consolidar mudanças culturais, enfrentar preconceitos e acreditar que uma outra realidade é possível. O Brasil não pode continuar como um dos campeões mundiais de desigualdade social.

O esforço de transferência de renda, por meio do Bolsa Família e outros programas governamentais e ações estruturantes de geração de emprego, trabalho e renda têm dado um impulso à redução dessa desigualdade. É preciso, no entanto, reforçar essas ações. E se há algo que mobiliza a sociedade brasileira é o apelo para uma ação coletiva e solidária. O objetivo desta publicação é mostrar como várias instituições se comprometeram com esse desafio e, sobretudo, estimular a ampliação delas, além de buscar novas parcerias em projetos transformadores e comprometidos com o processo de promoção e desenvolvimento social.

Na mobilização de parcerias, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (Saip), tem exercido uma função de arregimentador, receptor e articulador das doações ao Fome Zero. Busca-se, sobretudo, privilegiar as parcerias em projetos estruturantes de geração de trabalho e renda para as famílias pobres, com foco especial nos grupos indígenas, quilombolas, população de rua, catadores e acampados.

São mais de cem parceiros estratégicos certificados, que desenvolvem ações estruturantes, incluindo empresas públicas e privadas, entidades da sociedade civil, entidades internacionais e uma pessoa física. Dentre estes, cerca de quarenta são parceiros que desenvolvem ações que contribuem efetivamente para a geração de trabalho e renda e desenvolvimento local sustentável.

Nesta publicação, são apresentadas algumas dessas iniciativas, reunidas de acordo com sua maior afinidade com os eixos temáticos considerados essenciais para a sustentabilidade das ações de geração de trabalho e renda: diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias; formação e capacitação para o trabalho; associativismo e cooperativismo; infra-estrutura e logística de produção; acesso a crédito; comercialização e assistência técnica. Há também um eixo específico de ações que viabilizam o acesso à água e à alimentação, além do destaque para as principais ações de doadores Fome Zero, parceiros eventuais mobilizados desde 2003.

Ao ler as histórias e depoimentos aqui publicados, o leitor perceberá que há beleza e esperança no brasileiro e no Brasil. Perceberá também que, sozinhos, governos, empresas, movimentos sociais, religiosos, Ongs e cidadãos não serão capazes de promover a mudança definitiva. É preciso a articulação de todos em uma Rede de Proteção e Promoção Social na busca por esta tão sonhada sociedade justa, fraterna e solidária.

Você é nosso convidado para ler cuidadosamente estes registros, se emocionar com depoimentos como o de dona Margarida que, aos 58 anos, virou artesã em Angra dos Reis (RJ) e confirma que ganhou “alma nova”. Os leitores perceberão que seu papel, de sua empresa, de sua instituição, é fundamental. As conquistas são muitas, mas é preciso muito mais, é preciso ir além do bojador.

Estimulamos você a participar deste processo civilizatório e ajudar o nosso Brasil a conquistar um título que possa ir além do país apaixonado pelo futebol. Um país apaixonado e obcecado pela busca da igualdade social, com respeito às diferenças. Um Brasil sem fome e mais justo.

Heliana Kátia Tavares Campos
Secretária de Articulação Institucional e Parcerias – MDS

FOME ZERO

No Brasil, a pobreza associada às desigualdades sociais configura um quadro de insegurança alimentar. Por isso, o desafio assumido pelo governo Lula, em 2003, foi integrar e articular as ações públicas visando acabar com a fome e, ao mesmo tempo, enfrentar os problemas da pobreza e da desigualdade.

Face a esse desafio foi lançado o Fome Zero, uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

A atuação integrada dos ministérios que implementam políticas fortemente vinculadas às diretrizes do Fome Zero – Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário, Saúde, Educação, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia, Integração Nacional, Meio Ambiente, Fazenda, Justiça e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – possibilita uma ação planejada e articulada com melhores possibilidades de assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água, tudo sob a ótica dos direitos sociais e de cidadania.

Dessa forma, os princípios do Fome Zero têm por base a integração das ações estatais nas três esferas de governo; o desenvolvimento de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade; a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; e a articulação de medidas emergenciais com ações estruturantes.

Hoje, há um reconhecimento pela sociedade brasileira de que ao inserir com prioridade o tema da fome na agenda política nacional, o Fome Zero contribuiu efetivamente para a consolidação de ações públicas em alimentação e nutrição no Brasil. Isso pode ser traduzido pelos impactos positivos dos programas e ações desenvolvidos, muitos em parceria com a sociedade, assim como pelo projeto de lei que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional encaminhado para a apreciação do Congresso Nacional em 2005.

O Fome Zero possibilita repensar a ação pública. Quanto mais garantida a integração das áreas envolvidas mais estimuladas as parcerias e melhor promovidos os canais de participação social, maior é a possibilidade de consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Desde 2003, o Governo Federal já investiu mais de R\$ 27 bilhões no Fome Zero, aplicados em quatro eixos articuladores: Acesso aos Alimentos, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação, Mobilização e Controle Social.

Um balanço dos principais programas e ações integrantes desses eixos apresenta resultados expressivos, como podemos ver adiante.

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do país, atende mais de 11 milhões de famílias, atingindo a meta de atender os cerca de 50 milhões de brasileiros que em 2003 viviam em situação de pobreza e extrema pobreza. Com isso, 94% das crianças passaram a fazer mais de três refeições diárias, com melhoria na quantidade e qualidade dos alimentos consumidos e aumento no consumo de frutas, leite, macarrão e carne, de acordo com pesquisa realizada pelo DataUFF e UFBA em 2006.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece pelo menos uma refeição diária de qualidade para cerca de 37 milhões de crianças e adolescentes nas escolas públicas, sobretudo com aumento de 70% do valor repassado por dia para cada criança e adolescente.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) beneficia oito milhões de trabalhadores no mercado formal, que recebem auxílio financeiro específico para refeições e aquisição de alimentos.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) vem beneficiando desde 2003 quase 1,65 milhão de famílias de trabalhadores rurais, inclusive assentados da reforma agrária. Outro exemplo de promoção de geração de renda no campo e aumento da produção de alimentos para o consumo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção do agricultor familiar e fornece os alimentos a entidades sociais e a grupos em situação de vulnerabilidade.

Com a criação do Fórum Nacional de Economia Solidária e dos 27 fóruns estaduais em funcionamento e oferta de R\$ 2 bilhões em recursos para o microcrédito produtivo, o Fome Zero incentiva a geração de trabalho, emprego e renda e desenvolve ações de qualificação da população pobre no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho.

Outra importante ação foi o financiamento para implantação de 2.244 Centros de Referência da Assistência Social, em mais de 1.600 municípios de todo o Brasil, com atendimento preferencial para as famílias de maior vulnerabilidade social.

O Fome Zero também inclui programas inovadores como a construção de cisternas no semi-árido brasileiro; os restaurantes populares instalados nos grandes centros urbanos; e os bancos de alimentos, além de levar à população informações sobre hábitos alimentares saudáveis.

De acordo com a PNAD/IBGE 2004, entre 2003 e 2004 a miséria caiu 8% no Brasil, com mais de 3 milhões de pessoas deixando de ser extremamente pobres. A desigualdade de renda ainda é muito alta, mas nunca foi tão baixa desde que começou a ser medida, em 1976.

Por meio da integração interministerial, o governo federal articula políticas sociais com estados e municípios e, com a participação da sociedade, implementa programas e ações que buscam superar a pobreza e, conseqüentemente as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, de forma digna, regular e sustentável.

A despeito de todas as dificuldades, o Programa vem conseguindo pôr em prática a utopia que um dia vários cidadãos como Josué de Castro e Herbert de Souza sonharam para o país: o Brasil está vencendo a fome!

Adriana Aranha
Assessora Especial do Fome Zero

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Instituto Ethos

Parceria é a palavra-chave para enfrentar os profundos e graves problemas sociais brasileiros. A opinião é do empresário Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e grande articulador do enlace entre governo e sociedade em ações de impacto social, como o Fome Zero.

“O Brasil é um país com muitas e muitas carências, mas também tem tudo o que precisa para acabar com todas as carências. Produzimos alimentos e temos recursos para acabar com tudo isso. Só que sobra muito de um lado e falta muito de outro. A parceria faz com que se juntem recursos que sozinhos não fariam nada”, resume Grajew.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada em 1998 com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Seus mais de mil associados – empresas de diferentes setores e portes – tem como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente.

Nesta entrevista, Oded Grajew mostra como as práticas socialmente responsáveis se difundiram entre as empresas e analisa as muitas possibilidades de ação conjunta entre governo e sociedade para construir um país mais justo.

O que contribuiu para que temas como responsabilidade social e parceria ganhassem tanto destaque na agenda de discussões do País?

Oded Grajew – A volta à democracia, sem dúvida alguma. Com a volta à democracia, a



Oded Grajew do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

sociedade teve condições de se organizar. Surgiram as Ongs (Organizações Não-Governamentais), entidades de defesa dos direitos do cidadão, os sindicatos puderam se estruturar melhor. Consequentemente, a liberdade de Imprensa permitiu que as informações passassem a circular mais, abrindo espaço para questionamento do poder empresarial. As empresas, por seu lado, tiveram então que se preparar para responder a essas demandas e pressões...

Quanto mais democracia maior é a resposta das empresas à questão social?

Oded Grajew – Exatamente. Com democracia, as informações circulam mais, você acaba ficando mais exposto, mais transparente. No exterior, as questões relacionadas a meio ambiente, por exemplo, estão sob regulamentações, leis, normas, que forçam o empresariado a responder também a essas demandas. Em um ambiente competitivo, as companhias dependem cada vez mais das pessoas, da qualidade do seu quadro de pessoal. É fundamental para o empresário ter um pessoal engajado, trabalhando motivado, porque o diferencial entre as empresas hoje em dia não são as máquinas nem os produtos, que se tornaram bem similares. Os fatores de mudança são vários: pressão, demanda, transparência, expectativas, organização da sociedade, tecnologia... Por isso mesmo, atrair e reter talentos tornou-se questão estratégica. Então, responsabilidade social significa tratar bem as pessoas. Sendo assim, o importante é cuidar da imagem, que por sua vez tem a ver como a empresa se comporta e convive com o seu entorno.

Quer dizer que as empresas estão tratando melhor da questão social?

Oded Grajew – Certamente!

Qual o papel do Instituto Ethos nesse processo?

Oded Grajew – Nosso papel foi levar a questão social empresarial a um outro patamar. Afastar o sentimento geral de que é mais uma ação filantrópica. Introduzimos a responsabilidade social na gestão da empresa, porque não adianta ter uma ação social com alguma comunidade carente e não tratar bem os seus funcionários, não se preocupar com a educação dos filhos dos seus funcionários, se meter com corrupção, jogar lixo industrial nos rios e enganar o consumidor. Isso não é responsabilidade social. Mas a responsabilidade social empresarial passou a ocupar lugar estratégico na empresa, agora servida de ferramentas de gestão forjadas especialmente para medir, avaliar, planejar, fazer um check up completo da empresa. Nosso papel, portanto, é mostrar como as empresas podem encurtar o caminho para chegar a uma sociedade economicamente sustentável e mudar de patamar, sair da fase da reflexão do agir sobre o efeito, para a de tentar agir sobre as causas.

O sr. considera que esse novo patamar foi alcançado?

Oded Grajew – Alcançamos um novo patamar, sim. Em 1998, quando criamos o Instituto Ethos, o termo responsabilidade social era praticamente um senhor desconhecido de todo mundo. A gente tinha que ir aos meios de comunicação explicar o que isso queria dizer.

Na prática, em que resultou todo esse esforço?

Oded Grajew – Várias empresas mudaram de patamar no relacionamento com seus diversos públicos ao introduzir na sua agenda outros temas como diversidade, mulheres, negros e deficientes físicos. Elas agora enxergam as ações sociais não como uma coisa que o presidente faz para agradar políticos, mas como ações estratégicas, focando e dimensionando resultados, profissionalizando o trabalho, debatendo e medindo os impactos ambientais. Muitas já trabalham sobre a cadeia produtiva, coisa que ninguém fazia antes. Selecionam fornecedores com base em responsabilidade social, colocando ao lado dos critérios econômicos, exigências como o fim do trabalho infantil, do trabalho escravo e registro dos funcionários. Também mudou a convivência com o público consumidor e exemplo disso são os Sacs, os serviços de atendimento aos consumidores. Outro indicador é o tamanho do nosso quadro de associados, que começou com 11 empresas e hoje já passa de mil empresas de todo o Brasil e de todos os tamanhos.

Esse clima envolve todo mundo ou ainda está limitado às regiões mais ricas do País?

Oded Grajew – Uns mais, outros menos, mas aos poucos vai se disseminando pelo Brasil.

Onde o sistema de parceria se encaixa nesse processo?

Oded Grajew – Diversidade, ética, meio ambiente, direitos humanos, investimento social organizado, crescimento sustentável, todos esses temas são uma novidade para a grande maioria das empresas. A parceria tornou-se fundamental para quem lida com questões desta ordem, seja muitas vezes com o governo, seja outras vezes com entidades sociais. Não dá para tratar sozinho de problemas como saúde, drogas, gravidez na adolescência, meio ambiente, áreas indígenas. Tem que combinar vontade e recursos com competência. Para se ter uma idéia, em dois anos, constituímos mais de 550 parcerias estruturadas para beneficiar a comunidade, no Estado de São Paulo. Isso quer dizer que as empresas também já perceberam que quanto melhor estiver a comunidade e o seu entorno, melhor para elas.

Qual a razão de tão repentino interesse?

Oded Grajew – Porque parceria e responsabilidade social estão incorporadas à lógica empresarial, que é gerar lucro, é competir pelo mercado. As estatísticas mostram que as empresas mais duradouras e mais lucrativas são aquelas apontadas como as mais socialmente responsáveis. Se você se comporta de forma irresponsável, você acumula passivos em várias áreas, como o passivo ambiental, por exemplo, que pode não aparecer no primeiro momento, mas uma hora acaba estourando de algum jeito.

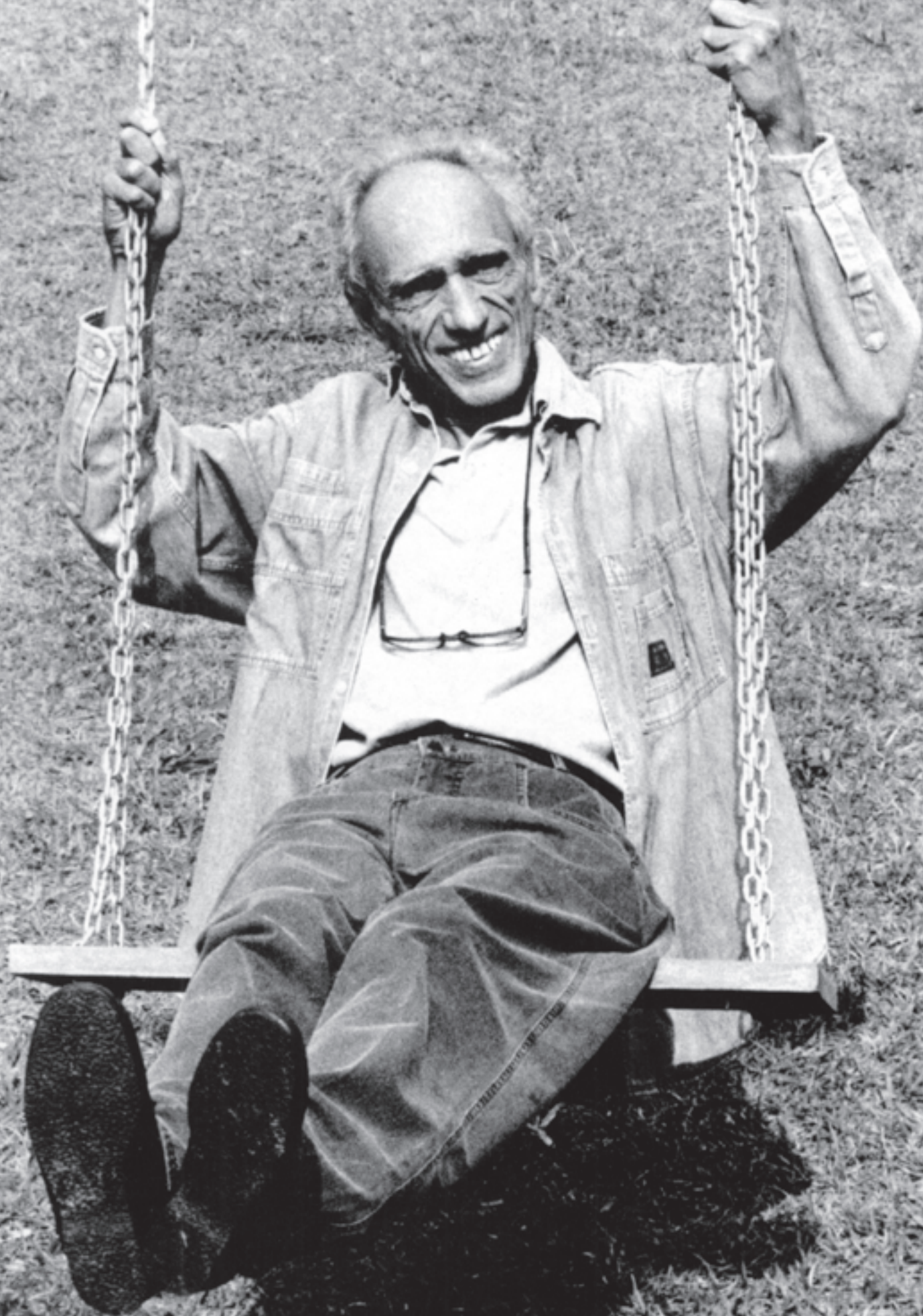
Quais, em sua opinião, os programas de parceria que mais se aproximam do modelo proposto pelo Instituto Ethos?

Oded Grajew – Em minha opinião, a parceria mais fantástica até agora é a formada pela Articulação do Semi-Árido (ASA) do Nordeste com a Febraban, a Federação Brasileira dos Bancos. Os dois nunca tinham sequer ouvido falar um do outro e hoje estão juntos no Projeto de Construção de Cisternas, e que deve se ampliar a cada ano. Outra parceria importante é a que viabiliza o projeto QueroLer, que pretende montar bibliotecas em 1,2 mil municípios brasileiros sem bibliotecas públicas. É uma parceria grande envolvendo empresa, governo estadual e governo municipal. As empresas doam o acervo e um computador; o governo do Estado treina a bibliotecária e o governo municipal se responsabiliza pela manutenção. Nada disso seria possível não fosse o programa de parcerias.

DIAGNÓSTICO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS

Levantamento das potencialidades e carências de cada local, mobilizando e articulando parceiros e atores locais em prol da geração de trabalho e renda.

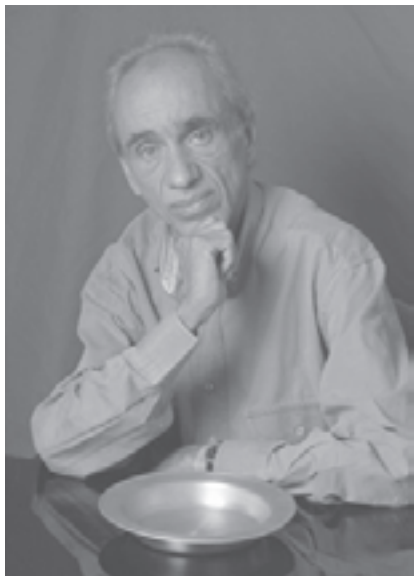




UM BRASIL PARA BRASILEIROS — COEP

O corpo frágil, debilitado pela hemofilia, tuberculose e Aids, não foi capaz de derrotar uma vontade de ferro e uma determinação que transformaram Herbert de Souza, num dos maiores símbolos de resistência deste país. Betinho, como era conhecido, sempre recusou o papel de vítima. Ao contrário, preferiu concentrar sua energia na defesa da cidadania e da dignidade dos que não tem voz.

Com imensos olhos azuis e fala mansa, que transmitiam integridade, Betinho convenceu milhões de pessoas a olhar mais atentamente para o próximo ao lançar em junho de 1992, uma campanha para que os restaurantes doassem a comida que era jogada fora para as comunidades carentes. Esta idéia foi o ponto de partida para uma das mais impressionantes mobilizações populares do Brasil: a criação dos comitês de Ação da Cidadania, conhecida



“Se enganam aqueles que pensam que nós estamos simplesmente querendo entregar comida a quem tem fome. ... Temos que ter vergonha dessa indiferença, dessa frieza, desse cinismo de alguns que acham que desenvolvimento é uma coisa e gente é outra. ... São 32 milhões de pessoas na indigência. ... Tivemos que interpelar o governo, interpelar a sociedade e a consciência de cada um. ... Até hoje nós fizemos um Brasil para uma minoria; nós temos que saber se queremos produzir um Brasil para todos os brasileiros”
(Betinho, 1993).

como Campanha contra a Fome, ou simplesmente, Campanha do Betinho. O movimento que começou com 300 comitês, um ano depois já contabilizava mais de cinco mil que receberam a doação de 25 milhões de pessoas.

“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país”, dizia Betinho. Esta consciência de que a multiplicação de esforços é a chave para resultados consistentes o levou a fundar no mesmo ano, em parceria com André Spitz e Luiz Pinguelli Rosa, o COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida. O balanço do trabalho realizado nos últimos quatorze anos, mostra que ele tinha razão. Da associação inicial com apenas 33 estatais, hoje fazem parte da rede mais de 850 entidades públicas e privadas que trabalham em constante troca com as 26 unidades estaduais do COEP, que começa agora a montar o mesmo modelo nos municípios.

Betinho sempre defendeu a idéia que a fome no Brasil se devia principalmente à indiferença das elites que ignoravam a enorme população socialmente excluída. Movido por essa convicção, lançou o apelo para arrecadação de alimentos que foi criticada por muitos setores pelo caráter assistencialista. O slogan “Quem tem fome, tem pressa” tirou a força deste argumento.

As ações de caráter emergencial ainda fazem parte da esfera de atuação do COEP como, por exemplo, a campanha Natal Sem Fome que acontece desde 1994, arrecadando sempre toneladas de alimentos no país inteiro. No entanto, cada vez mais se multiplicam ações estruturais que podem modificar as condições de pobreza e miséria ao trabalhar para que comunidades carentes encontrem caminhos para a auto-sustentabilidade, com a implantação de projetos múltiplos como a educação, inclusão digital, saúde e geração de trabalho e renda.

Estes projetos ganham ainda mais consistência com a troca permanente de experiência e complementaridade com a participação de empresas com perfis tão diferentes como as de energia, desenvolvimento rural, instituições financeiras, petróleo e comunicação, entre outras. O resultado prático é que cada uma pode usar sua experiência para desenvolver programas que podem ir da montagem ou financiamento de cursos de alfabetização ou artesanato; da criação de um banco de leite materno ou a instalação de rede elétrica ou de saneamento.

A secretária-executiva do COEP, Gleyse Peiter, resume a filosofia da organização: “Nós criamos pontos de convergência e construímos pontes. E com o tempo pudemos constatar que as empresas substituíram o conceito de filantropia por uma postura mais profissional”. E este parece mesmo ser um dos maiores orgulhos do COEP, o de ter sido a primeira organização a implantar nas empresas brasileiras o conceito de responsabilidade social. E, ao assumir o papel de identificar e aproximar diferentes iniciativas multiplica a possibilidade

de êxito na execução de cada idéia, baseado em três diretrizes básicas: fechando parcerias, mobilizando empresas e entidades e estimulando a participação de cada cidadão.

A transparência da informação também tem contribuído enormemente para a ampliação deste tipo de trabalho. O Banco de Dados (www.mobilizacao.org.br) já tem mais de 2500 projetos cadastrados. Nele, qualquer pessoa ou instituição pode divulgar o que está fazendo, as metas propostas, os resultados atingidos e as necessidades mais urgentes. O Banco, desta forma, funciona ao mesmo tempo como uma fonte de idéias e um poderoso instrumento de divulgação na busca por patrocínio de empresas ou na busca de trabalho voluntário.

Com o objetivo de atuar de forma mais efetiva na transformação da realidade socioeconômica de comunidades brasileiras de baixa renda, o COEP ampliou o seu campo de ação, e hoje após 14 anos de existência, permeia 3 níveis: estratégico, institucional e o comunitário. No nível estratégico, a rede tem ampliado sua participação em espaços/movimentos de discussão de questões de interesse público/políticas públicas (exemplos: Consea, Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, GT Parcerias Fome Zero, Apoio a Secretaria Especial de Direitos Humanos etc). No nível institucional, vem trabalhando para a construção de uma rede de parceiros em todo o país, onde cada entidade associada agrega sua competência, recursos e ativos, viabilizando o desenvolvimento de projetos coletivos, e, no que tange às comunidades de baixa renda, trabalha na implementação de projetos de desenvolvimento comunitário, visando sua inclusão social, econômica e política.

“A ética tem que prevalecer. Não podemos fingir que não vemos as estatísticas que refletem a enorme desigualdade social. De qualquer forma, mais do que os números, o que importa é que a pobreza não pode ser ignorada”, afirma Gleyse Peiter, com convicção.

PARA SABER MAIS

COEP

Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

www.coepbrasil.org.br

(21) 2528-3158



ENERGIA QUE VEM DA TERRA — Eletrosul

Conservar e limpar as áreas sob as linhas de transmissão de energia elétrica sempre foi uma dor de cabeça para as empresas. Espaço para plantar é o que falta para muitos agricultores incrementarem a renda da família. Dois problemas, uma solução perfeita: usar a área ao longo das linhas para o cultivo de hortas comunitárias, nas regiões urbanas, e de lavouras, na zona rural. Esse é o caminho que está sendo adotado por várias companhias elétricas, entre elas a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. A empresa entra com a terra e, em troca, os produtores se responsabilizam pela conservação e vigilância das linhas. As duas partes saem lucrando e o combate à fome e à miséria no País ganha mais um aliado. O Programa Hortas Comunitárias já beneficiou mais de 660 famílias nos quatro estados de atuação da Eletrosul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul) desde que iniciou em 2003.

Impulsionados pela parceria da empresa com o Fome Zero, os programas Hortas Comunitárias e Vamos Plantar começaram há quatro anos, no Paraná. De lá para cá, foram produzidas 215 toneladas de alimentos e beneficiadas 2.024 famílias carentes. A experiência do Paraná, com as *Hortas Comunitárias*, nas regiões urbanas, e o *Vamos Plantar*, na área rural, é pioneira dentro da Eletrosul e foi expandida para os demais estados atendidos pela empresa: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Os agricultores não ganham só o direito de usar a terra para plantar. A Eletrosul limpa o solo embaixo das linhas de transmissão, facilitando o plantio, fornece sementes e combustível para máquinas usadas no preparo do solo e, se necessário, energia elétrica para irrigação. Também permite a captação e distribuição de água para irrigação, dá apoio técnico para a implantação do projeto e fiscaliza questões relacionadas ao uso do solo e meio ambiente. A Prefeitura de Curitiba, parceira da Eletrosul no *Hortas Comunitárias*, elabora o projeto agrícola e o levantamento topográfico da área e busca apoio junto a empresas privadas e instituições comunitárias para implementar as hortas e cumprir a legislação ambiental.



O plantio de hortas comunitárias e lavouras sob as linhas de transmissão garante renda e alimento para milhares de famílias

O Programa *Hortas Comunitárias* é um dos 21 programas e ações de alcance social da empresa, envolvendo atividades que vão desde a alfabetização e inclusão digital, até programas para portadores de necessidades especiais, agricultura familiar, capacitação profissional e geração de emprego e renda. “O selo de Empresa Parceira do Fome Zero é um reconhecimento da atuação social da Eletrosul e ao mesmo tempo um incentivo à criação de novos programas que melhorem a vida das pessoas”, avalia José Drumond Saraiva, Presidente Interino da Eletrosul.

O RESULTADO

Para os produtores, o *Hortas Comunitárias* significa uma melhora e tanto de vida. É o caso de Geralda de Oliveira Lúcia, que mora na periferia de Curitiba: “Antes eu trabalhava como diarista, em casa de família. Para mim compensa muito mais trabalhar na horta, porque, além de ganhar quase a mesma coisa que no trabalho fora de casa, eu ainda posso cuidar de meu filho pequeno”. Tomate, couve, cenoura e beterraba, Geralda planta para o consumo da

família. A alface, que produz mais rápido, ela vende parte nas quitandas da comunidade e também para clientes que vêm direto na horta. Em meses de boa produção, chega a tirar de R\$ 250,00 a R\$ 300,00. O marido, operador de máquinas de terraplanagem, também ajuda com a horta nos finais de semana. “Meu marido tinha problemas de saúde, de depressão. O trabalho na terra substituiu os quatro comprimidos que ele tomava por dia”, conta Geralda. Enquanto cultiva com zelo os canteiros de alface, Geralda vai também regando os sonhos: “Meu desejo é levar esse projeto em frente, unir todos os produtores numa cooperativa, numa mini-Ceasa, para garantir clientes certos à nossa produção.”

Raquel Vieira e o marido Agenor Gonçalves foram os primeiros moradores da localidade de Monteiro Lobato a cultivarem verduras e legumes embaixo das torres da Eletrosul. Até hoje, ela não esconde o entusiasmo: “Antes a gente fazia o serviço de casa e ficava parada. Agora não. Terminou o trabalho lá e a gente vem pra horta plantar. Aqui é bom porque a gente também se diverte”, afirma Raquel. Ela planta alface, mandioca e feijão e divide com a família os produtos que colhe. Além da economia doméstica com os produtos da horta, a qualidade da alimentação deu um salto significativo.



Uma parceria boa para ambos os lados: a área limpa e cuidada da Eletrosul gera renda e alimentos saudáveis para o agricultores

No caso de Dolores Rudnick, que tem origem rural, a maior motivação foi a possibilidade de produzir os próprios alimentos e de mexer na terra. Mas a expectativa de maior segurança também pesou bastante: “Antes eu pensava em vender minha casa e ir embora daqui, porque tinha muito mato, o local estava abandonado e era comum virem desovar carros e consumir drogas nos terrenos vazios. Agora mudou, estamos todos cuidando do local, até chamamos essa área aqui de nossa chácara.”

Uma economia de cerca de R\$ 50,00 mensais nas despesas com a alimentação da família. É o que estima a costureira e dona-de-casa Eulália de Campos, 55 anos, natural de Santo Antonio da Platina. Ela cultiva uma grande variedade de hortaliças em canteiros que ocupam em torno de 150 metros quadrados na horta implantada em dezembro de 2005, junto ao conjunto Moradias Rio Bonito, no bairro Tatuquara, em Curitiba (PR). “Além da economia, melhorou a refeição, porque sempre preparo dois tipos de verdura. As crianças passaram a se alimentar melhor e estão com mais saúde. Se fosse para comprar verduras no mercado, eu compraria bem menos”, comemora a costureira.

Às voltas com o neto Jonathan, o caçula da família, a dona-de-casa Ana dos Santos Correia, 45 anos, viúva e natural de Santo Antonio da Platina, na região do Norte Pioneiro do Paraná, recorda o tempo em que aprendeu a lidar com a terra. Presidente do Conselho da Associação de Moradores da Rio Bonito, Ana encara a atividade na horta como uma terapia e, ao mesmo tempo, um reforço na renda familiar. “Vendo para outros moradores o que sobra de verduras e legumes. Com isso, compro leite e medicamentos. Mas percebi que diminuiu o uso de remédio depois que comecei a trabalhar na horta”, diz Ana, que prefere cultivar variedades de folhosas, como alface e couve, e temperos como cebolinha, salsinha, coentro, manjerona e alfavaca. Segundo ela, a bronquite asmática do pequeno Jonathan, com dois anos de idade, também não tem se manifestado desde o início da atividade ao ar livre.

As trocas de produtos entre as famílias também são uma constante no local e, segundo o casal Valdemiro Dziedcz, 58 anos, e Maria do Carmo Dziedcz, 53 anos, reforçam os laços de amizade na região. “A gente acaba fazendo amizade, se torna conhecido”, diz Valdemiro, aposentado da indústria de tecelagem e que trabalha na construção civil. Com cinco filhos e seis netos, o casal diz que toda a sua produção na horta é consumida pela família.

Na zona rural, o *Vamos Plantar* também já rende bons frutos. No município de Rio Azul, por exemplo, Dirceu Jock conseguiu aumentar a lavoura de soja em três hectares depois da parceria com a Eletrosul. É com o aumento da área plantada que Jock pretende recuperar a perda na produtividade,

decorrente da seca no período do cultivo da soja. Também foi com o apoio da Eletrosul que ele conseguiu pagar R\$ 880,00 dos R\$ 2.088,00 que gastou na contratação de máquinas para a limpeza da área. Ele espera cobrir o investimento em no máximo três safras. Para a Eletrosul, Jock é um parceiro, cujo trabalho evita o crescimento do mato embaixo das linhas de transmissão e, assim, o risco de interrupção no fornecimento de energia.

PARA SABER MAIS

Eletrosul

Empresa Transmissora de Energia do Sul do Brasil

www.eletrosul.gov.br

(48) 3231-7402



PARCERIA CONTRA A POBREZA — Chesf

A experiência da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, com hortas sob as linhas de transmissão já vem de longe. O projeto começou em 1987, em Teresina, no Piauí, e não só mudou a vida de 752 famílias como garantiu o desenvolvimento de comunidades que hoje poderiam ser grandes bolsões de pobreza. “Essas hortas são um dos exemplos mais bem sucedidos de ações sociais que trazem resultados efetivos para comunidades carentes. Elas minimizam os problemas sociais das grandes cidades e oferecem oportunidades de sobrevivência para populações com pouquíssimas alternativas de trabalho e renda”, orgulha-se Antemio Arruda, responsável pela implantação do programa ligado à área de Responsabilidade Social da Chesf. Assim como no caso da Eletrosul, a parceria com o Fome Zero está estimulando a empresa a multiplicar a experiência de Teresina para outras grandes cidades atendidas pela Chesf, como Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Maceió e Campina Grande.

A preocupação com o lixo nas faixas de servidão, a quebra de isoladores e todo tipo de vandalismo ficou para trás. Também pudera. Hoje são os produtores que têm o maior interesse de cuidar direitinho das torres de energia e linhas de transmissão. É dali que eles garantem alimento e sustento para as famílias. Pelos cálculos da Prefeitura de Teresina, uma das parceiras da Chesf no projeto, cada família tira cerca de um e meio a dois salários mínimos por mês com a venda das verduras e legumes plantados na faixa de 65 metros por sete quilômetros ao longo da linha da Chesf.

É cebolinha, cebola, alface, pimentão, pimenta, coentro, hortelã e quiabo que não acaba mais, numa área verde que mais parece um oásis em meio ao vai e vem de carros, à geografia e burburinhos urbanos de bairros pobres de Teresina. “Eu acho isso aqui é lindo demais, quando chego logo cedo vou dizendo ‘bom dia, meus bichinhos, como é que vocês estão?’ pras minhas verduras”, brinca Isaura Araújo da Silva. Assim como tantos vizinhos, no bairro de Itararé, ela resgatou, com o projeto da Chesf, a experiência e o prazer de trabalhar na roça, de onde veio. Nem o calor, que vira e mexe bate os 41°, 43°, desanima Isaura. Foi com as hortaliças da Chesf que ela e o marido conseguiram criar os quatro filhos. “É um trabalho pesado, é verdade, mas é daqui que a

gente tira o de vestir e o de comer. Sem essa horta, também não tinha dado para garantir estudo para os meninos todos”, ela se orgulha. A qualidade de comida dentro de casa melhorou? “É tanto verde no prato, que eu digo que o pessoal lá em casa vai virar é calango”, ri Isaura.

Antônia e Cícero Francisco da Silva também não reclamam da vida. Enquanto atendem um cliente e outro na ‘banquinha’ de madeira, bem na beira da horta, o casal conta sua história: “Isso aqui foi uma bênção de Deus. O Antônio perdeu a mão direita na máquina, fazendo sandália. Depois disso ficou difícil arrumar trabalho. A gente já está aqui há 18 anos e hoje só tira menos dinheiro porque os meninos cresceram e nós achamos melhor diminuir o número de canteiros. Mas comida na nossa mesa e um dinheirinho pro dia-a-dia nunca mais faltou.”

As hortas comunitárias sob as linhas de transmissão da Chesf integram os 178 hectares plantados na cidade toda, em benefício de comunidades carentes. Ao todo, são 2.923 famílias beneficiadas pelas hortas mantidas pela prefeitura, orgulha-se Paulo Fortes. Famílias que também são acompanhadas de perto por projetos de alfabetização de jovens e adultos, vacinação e outros benefícios sociais. O Núcleo do Fome Zero no Piauí, adianta o superintendente, quer multiplicar a experiência de Teresina pelo Estado todo. E levar mais renda, alimento e cidadania para milhares de pessoas que precisam.



As hortas de Teresina transformam a vida de comunidades carentes

Além das hortas comunitárias de Teresina (PI), a Chesf também desenvolve projetos em Maceió (AL), Campina Grande (PB) e Salvador (BA). Na Subestação Messias, na Região Metropolitana da Maceió, o projeto está em pleno andamento. São dez hectares de área nas faixas de servidão das Linhas de Transmissão (LT), usados para cultura de hortaliças, milho, feijão, fava, macaxeira e inhame. Atualmente, 26 famílias são beneficiadas com geração de renda e alimentação complementar.

No município de Campina Grande (PB), 120 famílias estão integradas ao Movimento de Ajuda Alimentar – Manjar, entidade que incentiva o resgate da cidadania com a fabricação de bucha automotiva, além da distribuição de uma cesta básica semanal. A previsão é que o projeto seja estendido para mais 140 famílias.

Na Região Metropolitana de Salvador (BA), 20 famílias são diretamente beneficiadas com a produção de rabanete, alface, coentro e cebolinha. Além de estimular o uso da faixa de LT para geração de trabalho e renda, o projeto objetiva integrar a Chesf à comunidade do entorno de seus empreendimentos, ao mesmo tempo em que promove a preservação das faixas de linha de transmissão.

PARA SABER MAIS

Chesf

Companhia Hidrelétrica do São Francisco

www.chesf.gov.br

(81) 3229-2222

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO

*Capacitação em atividades que dêem habilitação
para as oportunidades de trabalho e renda, individuais ou
coletivas, em função das demandas e das atividades locais.*





SAINDO DO SILÊNCIO — Furnas

Eles não ouvem música, desconhecem o barulho das cachoeiras, não falam ao celular. São surdos. Mas como habitantes de um outro país, têm seus próprios costumes e valores, usam outra língua que não a nossa e são capazes de produzir com suas próprias mãos. Basta que haja oportunidade.

É isso o que o projeto “Saindo do Silêncio”, implantado com apoio da Coordenação de Responsabilidade Social de Furnas Centrais Elétricas, proporciona a 22 surdos de Várzea Grande, cidade vizinha da capital mato-grossense, Cuiabá. A partir da oferta de cursos profissionalizantes na área de corte e costura, homens e mulheres puderam desenvolver ou aperfeiçoar a habilidade com as mãos, tão usadas por eles para se comunicarem. O objetivo é chegar à formação de uma cooperativa de confecção de uniformes, auto-sustentada e administrada pelos surdos.

Se a produtividade dos cegos é alta em atividades de telemarketing, por exemplo, no caso dos surdos uma atividade que requer concentração e muita destreza com as mãos tem grande potencial de alcançar ótimos índices de produtividade”, explica Denise Torres Molina, intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e “relações públicas” da Associação de Surdos de Várzea Grande.

O projeto “Saindo do Silêncio” começou em 2004 a partir de um processo democrático realizado pelo voto. Foi idealizado por voluntários dos departamentos de Furnas em Cuiabá, e da Usina de Manso – em Chapada dos Guimarães. Inscrito no Concurso de Projetos Sociais do Programa Voluntário Furnas em Ação, Gerando Cidadania, foi selecionado para implantação em 2005. “Ficamos sabendo de experiências similares em outros estados que deram certo e resolvemos arriscar”, comenta o assistente de administração e voluntário de Furnas, José Nunes Xavier.

Selecionado o projeto, os voluntários puseram mãos à obra: enquanto a empresa disponibilizava equipamentos, funcionários voluntários ergueram as mangas levantando a estrutura do galpão que abriga o projeto, no bairro Cristo Rei, em Várzea Grande. Assim começou a história do “Saindo do Silêncio”.

O passo seguinte foi a realização de parcerias institucionais. Hoje, o projeto conta com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso, via Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania (SETEC), da Secretaria Municipal de Educação e da Associação de Surdos de Várzea Grande.

Outro importante parceiro é o Serviço Nacional da Indústria (Senai) de Várzea Grande, que colocou à disposição da associação um professor e um intérprete para os cursos de corte de camiseta e jaleco, modelagem, calça, avental e acabamento.

As aulas ocorreram diariamente durante quatro meses, com carga horária de 4 horas diárias. Até agora, 22 pessoas foram capacitadas. Mas o aprendizado não parou. Ainda neste semestre, o curso de serigrafia será ofertado para o projeto, e por meio de rodízio mais surdos de Cuiabá e Várzea Grande serão treinados via projeto “Saindo do Silêncio”.

A produção propriamente dita começou em meados do mês de março, sempre com a presença de um monitor do Senai. O primeiro cliente foi a Secretaria de Estado de Saúde, que encomendou 1.000 camisetas. Em seguida, a Escola Municipal São Vicente, localizada em Rondonópolis — na região Sul de Mato Grosso — pediu 300 kits de uniforme.



O projeto deu aos surdos oportunidade de capacitação profissional

Um projeto piloto, no entanto, antecedeu a produção propriamente dita. Foi a confecção de camisetas para o coral Clamor do Silêncio, formado por surdos que seguem com palmas e gestos as melodias entoadas por coralistas parceiros.

“O mais importante disso tudo é que agora os surdos estão tendo a oportunidade de ter emprego e trabalho. A maioria deles nunca trabalhou, e essa oportunidade está mudando a realidade de todos. Eles sabem que agora podem produzir algo. Isso dá dignidade”, observa a intérprete Denise, que tem acompanhado os trabalhos da Associação há mais de 17 anos.

“Agora a gente pode dizer: acreditem no futuro. Não é uma falsa promessa. Todo mundo vai ter salário. A cooperativa vai ser uma fábrica de verdade, e o projeto já saiu do papel. Isso nunca aconteceu antes na nossa vida. Já tem até gente querendo emprego!”, comenta uma das surdas que participam do projeto, Alba Lúcia da Silva. A animação dos participantes reflete o empenho em tornar realidade o sonho de dar sustentabilidade e autonomia de gestão para o projeto, a partir da criação da cooperativa.

ESCOLARIDADE

A baixa escolaridade dos surdos, de uma forma geral, sempre é um empecilho para qualquer projeto de inclusão social. “Eles simplesmente têm uma enorme dificuldade em acompanhar o sistema tradicional de ensino. A maioria deles nem completou o ensino fundamental, porque não sabe falar e devido a isso a leitura torna-se muito complexa”, explica Denise.

No caso do “Saindo do Silêncio”, o surdo mais escolarizado é Luis Dinarte, que tem a quinta série completa. Por conta dessa qualificação, ele foi o escolhido para as tarefas administrativas e financeiras da Associação e da futura cooperativa.

Vindo de uma família cujos irmãos são todos surdos, Luis é casado com Helena, também surda. No caso dos dois, a surdez é fruto de complicações genéticas. Seus filhos, porém, nasceram sem qualquer deficiência auditiva. “Embora sejam inteligentes, gostem de cultura, os surdos geralmente não se adaptam ao sistema tradicional de ensino. Há casos em que os professores passam o ano todo sem saber que a criança é surda. Como essa é uma deficiência que não se percebe à primeira vista, fica mais difícil combatê-la”, pondera a relações públicas da Associação.



O objetivo é chegar à formação de uma cooperativa de confecção de uniformes

Denise, formada em processamento de dados e letras, começou sua aproximação com a associação de surdos há mais de 17 anos, em função de suas atividades sociais na Igreja Batista. Criou uma ligação tão forte com os surdos que aprendeu a Libras, e hoje tornou-se uma espécie de referência local quando o assunto é deficiência auditiva. Atualmente, está à frente de um projeto de inclusão digital para deficientes de uma forma geral, em parceria com o Senai e com o Governo do Estado.

OUTRA CULTURA

A condição de ser surdo não é marcada pelo impacto negativo de uma deficiência. Independente da causa (que pode ir de formação genética à rubéola na gravidez, passando por excesso de medicação em recém-nascidos e algumas doenças venéreas), a surdez engloba um estilo de vida totalmente diferente daquele levados pelos “ouvintes”. A começar pela língua, que é diferente e tem sua gramática própria.

Mas além da Libras, que é a segunda língua oficial do país, há um código de conduta e valores comportamentais e morais que diferem dos não surdos. “Difícilmente um surdo namora um ouvinte, porque poucos ouvintes dão a

atenção que o surdo necessita ter para se comunicar. O nome e o sobrenome das pessoas não é o mais importante: o gesto definido para cada um de nós vem de uma característica marcante, seja física ou de temperamento. Tudo parte de uma associação”, explica Denise.

Outro aspecto interessante dessa cultura de surdos é a objetividade. Sem o uso da língua oral, eles são mais diretos em suas observações. “Nossas piadas são nossas, falamos quando uma pessoa está feia, dizemos a verdade”, comenta Helena Dinarte, uma das surdas que levou de casa para o galpão o talento com a costura.

PARA SABER MAIS

Furnas Centrais Elétricas

www.furnas.com.br

(21) 2528-4266



FÓRMULA DE VIDA – INT

Dá para imaginar que a fabricação de um detergente salvou um casamento? Pois é! O marido, que prefere não se identificar, estava desempregado há meses e prestes a ser abandonado pela mulher, cansada de sustentar a casa sozinha. Pressionado pela situação, ele decidiu se inscrever em um curso de química oferecido pelo Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP), administrado pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) do Rio de Janeiro.

O resultado é que depois que passou a dominar o segredo da fórmula do detergente e de vários outros produtos de limpeza, começou a fabricá-los em casa e com isso conquistou uma clientela fiel. A mulher, não só desistiu da separação como ainda se tornou parceira neste empreendimento trabalhando como representante de vendas. Este é apenas uma das histórias com final feliz colecionadas desde o ano de 2000, quando o curso foi implantado.

A iniciativa de oferecer este tipo de curso partiu do Instituto Nacional de Tecnologia – INT, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e um dos parceiros do Fome Zero. O projeto batizado “Tecnologia Solidária” foi idealizado levando em conta a disseminação de tecnologias de baixo custo e de alto valor agregado através da criação de empresas-escola, seguindo um modelo auto-sustentável que pudesse oferecer uma alternativa real de trabalho para pessoas de baixa renda. A unidade-piloto foi a Empresa-Escola de Detergentes instalada na unidade da FAETEC de Quintino, subúrbio do Rio, que já formou mais de 1,5 mil alunos.

O INT desenvolveu a primeira fórmula de detergente e cedeu dois misturadores para mostrar aos alunos o produto em escala industrial e assim motivar o crescimento dos futuros empresários. Em contrapartida, a FAETEC, instalada numa antiga instalação da Funabem – Fundação

Nacional do Bem-Estar do Menor, destinou uma área com cerca de 500 metros quadrados para montar o laboratório e a sala de aula que comporta duas turmas mensais com 40 alunos cada.

Da cozinha industrial e do hospital desativados da FUNABEM, o engenheiro químico e professor Laurindo dos Santos, “garimpou”, como define, materiais importantes como utensílios da farmácia, mesas de metal e balança mecânica. E assim, ele começou o desafio de ensinar química para um grupo heterogêneo que inclui estudantes, donas de casa, aposentados ou profissionais em busca de outra alternativa de trabalho. Este perfil eclético de cada turma se deve aos poucos pré-requisitos necessários para fazer a matrícula que são a idade mínima, 14 anos, e ter cursado, pelo menos, a quarta série do ensino fundamental. Fora isso, o professor exige deles apenas um único compromisso: vontade de aprender.

Para driblar a baixa escolaridade da maioria dos alunos e desmistificar a complexidade da matéria que costuma assustar até os estudantes das escolas tradicionais, o professor criou um método de ensino que passa longe das frias e complicadas fórmulas escritas em um quadro-negro. “Ensino contrariando a metodologia clássica. Não me preocupo com o que eles já sabem, mas com o que podem aprender. Ao invés de apresentar os símbolos que representam os elementos ou a composição das fórmulas, começo por mostrar a química na prática”, resume ele.

Procurando explorar os “sentidos ocultos”, o professor optou por aulas lúdicas e bem humoradas. Ao incentivar os alunos a colocar a “mão na massa”, eles visualizam as mudanças químicas e aprendem a identificar pela cor e viscosidade as reações e a qualidade dos produtos, desvendando assim o processo de fabricação.

Para facilitar a vida dos “futuros empresários”, levou-se em conta também a escolha de materiais que permitissem o mínimo de investimento. Desta forma, equipados apenas com um balde de plástico, um pedaço de madeira para misturar e um recipiente com medida, os alunos estão aptos a abrir o negócio. O investimento na compra dos materiais necessários para fabricar os produtos como formol, soda cáustica e essências, não ultrapassa R\$ 20,00. Assim, a fabricação de dez litros de água sanitária, por exemplo, permite ao “empresário” um lucro de cerca de R\$ 7,00.

A embalagem é outro item considerado importante. Para manter a relação de custo, qualidade e respeito ao meio ambiente, os alunos colocam o produto em garrafas plásticas. Assim, o que era considerado lixo de difícil

degradação biológica transforma-se em embalagem. Nem por isso eles deixam de ser informados sobre a legislação da ANVISA que regula produtos de limpeza. A importância da limpeza prévia das garrafas, a determinação de colocar no rótulo toda as informações sobre a fórmula e o cuidado no manuseio dos produtos são conceitos exaustivamente repetidos durante todo o curso. Eles aprendem ainda que a cor deve evitar qualquer semelhança com alimentos, para evitar acidentes domésticos.

A reengenharia do conhecimento é outra filosofia importante adotada nesta escola. Os alunos aprendem as fórmulas básicas de mais de vinte produtos, mas são incentivados a não adotar uma atitude passiva,



Futuros empresários aprendem os segredos da química: renda e auto-estima

reproduzindo só o que lhes é ensinado. Ao contrário, são estimulados a desenvolver suas próprias misturas para obter um produto diferenciado e de maior qualidade aliando beleza – na escolha de corantes que tornem o produto mais atraente, nas essências – para atrair pelo cheiro e na eficiência – no combate a fungos e bactérias.

Quando se chega a este ponto, os alunos se sentem orgulhosos por conseguirem desvendar este mundo “misterioso” como resume Luís Carlos Correia de Moraes, aposentado de 57 anos: “Achava que isso era só ‘coisa de cientista’, agora sei que também posso fazer algo importante. Para Dalva Pereira da Silva, de 56 anos, aprender química é como aprender a cozinhar. “A gente mistura ovo, com farinha, leite e manteiga e faz um bolo”, resume ela com sabedoria.

O curso também leva em conta outros aspectos importantes para que o empreendimento de cada um dê certo. São dezesseis horas de aula prática e oito de como montar uma cooperativa. Além disso, os alunos ainda recebem noções de marketing, aprendem a calcular custos e projetar rentabilidade e até a desenvolver rótulos para valorizar o que fazem. Em apenas um mês, estão aptos a competir no mercado com produtos que não agredem o meio ambiente e a saúde do consumidor.

Marco Antônio de Paula Souza é um bom exemplo da eficiência deste curso. Ele já trabalhava vendendo detergentes, mas andava cansado de tanto ouvir as donas de casa reclamando que o produto machucava as mãos. Sem conseguir convencer o fornecedor a melhorar a qualidade, decidiu procurar a escola. Com isso, se tornou efetivamente dono do próprio negócio ao dominar todas as etapas. Com a ajuda da mulher, desenvolveu e passou a fabricar uma linha diversificada de produtos de limpeza priorizando a qualidade. Como resultado, triplicou a renda e conquistou clientes importantes como hotéis, lojas e academias de ginástica. – Ganhei confiança porque sei o que estou fazendo, resume Marco Antônio.

A escola também oferece acompanhamento técnico constante. Pelo site www.escoladedetergente.hpg.com.br ou escrevendo para: Escola de Detergente – CETEP, Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino – Rio de Janeiro-RJ, ex-alunos ou qualquer outra pessoa pode entrar em contato para tirar dúvidas ou conseguir as fórmulas dos produtos. O professor Laurindo explica que manter este canal aberto, além de divulgar o conhecimento, o aluno não se sente desamparado porque sabe que pode contar com consultoria especializada em qualquer fase do negócio.

A lista de espera de interessados em fazer este curso é mais um indicador do acerto desta fórmula. A cada mês são oferecidas quarenta vagas e mesmo assim a escola não consegue atender a demanda crescente. Tal interesse se justifica por várias componentes favoráveis: método simples de ensino, gratuidade do curso e possibilidade de retorno rápido de renda. Os incentivos também incluem um lanche e o direito de viajar de graça de ônibus.

PARA SABER MAIS

INT

Instituto Nacional de Tecnologia

www.int.gov.br

(21) 2123-1007



TECE E ACONTECE — ABIT

Desde que foi implantado, há cerca de um ano, em Mirassol, cidade localizada a 400 quilômetros de São Paulo, o projeto de escola de corte e costura da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) já atraiu o interesse de indústrias de dez outras cidades da região de São José do Rio Preto, no noroeste do estado de São Paulo. Trata-se de um dos maiores pólos de confecção infantil no País, com cerca 230 indústrias que respondem por 30% da produção nacional desse segmento.

Nesse período, 40 artesãs, entre costureiras e aprendizes, já passaram pela escola de confecção de Mirassol, instituição mantida com recursos do Programa Carência Zero, criado pela Abit para incentivar a inclusão social através do Primeiro-Emprego na cadeia têxtil e de confecção. Atende aprendizes e costureiras de baixa renda que moram no município e no seu entorno em busca de aprimoramento profissional.

O curso é ministrado por funcionário da Yellow Bug, indústria de roupa infantil instalada no município, e que a cada ano pretende formar mais costureiras. Parte delas será incorporada diretamente ao quadro de funcionários da empresa, enquanto a outra não só continuará prestando serviços à confecção como também a seus fornecedores, atualmente um grupo de 30 pequenas confecções da região de Mirassol.

“Com o aumento da oferta de mão-de-obra qualificada, as empresas já podem pensar em exportar seus produtos”, diz Sylvio Napoli, gerente de infra-estrutura da Abit. A entidade, com sede em São Paulo, reúne 4,2 mil indústrias, o equivalente a 15% do universo das empresas que operam no País. Juntas, elas respondem por cerca de 80% do PIB do setor, que emprega 1.65 milhão de pessoas, chegando a movimentar US\$ 40 bilhões, dos quais US\$ 24 bilhões pelas empresas de confecções e US\$ 16 bilhões pela indústria têxtil.

O projeto é resultado da parceria entre a Prefeitura de Mirassol, que cedeu o terreno para a instalação da escola, a Abit, que forneceu as 13 máquinas de

costura e a Yellow Bug, encarregada de ministrar os cursos. De acordo com Napoli, o Programa Carência Zero garantiu o investimento, calculado por ele em R\$ 30 mil na compra de máquinas de costura, material didático, instalações, entre outros. Até o momento, apenas a Yellow Bug participa do programa, mas o interesse demonstrado por indústrias de outras cidades da região levou o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) a integrar os preparativos para a segunda etapa do programa: uma oficina móvel que treinará e formará mão-de-obra especializada para outras confecções da região de Rio Preto.

A escola de corte e costura de Mirassol, explica Sylvio Napoli, integra o Programa Tece e Acontece, ação socialmente responsável desenvolvida junto com o Fundo Social de Solidariedade, que, entre outras atividades, também prevê a criação da Cooperativa de Costura Nova Heliópolis, comunidade carente localizada na capital de São Paulo. Estima-se que o projeto irá beneficiar cerca de 90 pessoas inicialmente, entre 16 e 29 anos de idade e acima de 40, com renda familiar de até R\$ 90,00.



Indústria aposta na inclusão pelo trabalho

O Tece e Acontece está voltado à formação de multiplicadores, que terão a tarefa de repassar os conhecimentos recebidos no Programa para a comunidade de seu município. Dessa maneira, o trabalho de qualificação e capacitação servirá como incentivo para que mais pessoas possam ser incluídas no mercado de trabalho local ou tenham base de conhecimento para montar sua própria confecção.

PARA SABER MAIS

ABIT

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e da Confecção.

www.abit.org.br

(11) 3823-6175

APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

(Associativismo e Cooperativismo)

Apoio a grupos vulneráveis para se unirem em organizações que promovem a ajuda mútua e a solidariedade entre os membros, para conseguirem trabalho remunerado em bases sustentáveis.





ILHA VIVA, SERTÃO VIVO — Eletronuclear

Mar azul, vegetação exuberante. Uma paisagem de tirar o fôlego. Mas nem tudo é beleza nas ilhas e enseadas de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Nas praias mais afastadas ou nas regiões do “sertão”, o desenvolvimento trazido pelo turismo passa bem longe das comunidades. A pesca e a agricultura de subsistência já não garantem o sustento da família. Os homens buscam trabalho na cidade, jovens e crianças não têm maiores ocupações e as mulheres lutam para manter a casa. Informação e lazer são produtos de luxo, tão raros quanto as oportunidades para uma vida melhor.

Um cenário que começa a ganhar um novo contorno, graças ao projeto *Ilha Viva, Sertão Vivo*, desenvolvido pela Prefeitura de Angra dos Reis, Universidade Rural do Estado do Rio de Janeiro e Eletronuclear, em parceria com o Fome Zero. O *Ilha Viva, Sertão Vivo* já atingiu cerca de 600 famílias e gera trabalho, renda e esperança para sete comunidades: Sertão do Perequê, Caputera, Sertão do Bracuí, Praia da Longa, Praia Grande de Araçatiba, Praia Vermelha e Sítio Forte. O investimento, bancado pela Eletronuclear, até agora, se aproxima de R\$ 210 mil em 5 anos. Mais que o dinheiro, observa o Assessor de Responsabilidade Social da empresa, Eng. Paulo A. Gonçalves, o que pesa é a criatividade, a iniciativa.

RIQUEZA NATURAL

Uma iniciativa e tanto. As comunidades aprendem a explorar a riqueza natural à sua volta e descobrem talentos e potencialidades que nunca poderiam imaginar. Gente que não tinha qualquer perspectiva de renda ou trabalho vira artesã, doceira, produtora. Ganha auto-estima, multiplica conhecimento e vai firmando raízes na terra onde nasceu e cresceu.

Margarida Vasconcelos da Silva, agricultora que virou artesã aos 58 anos, abre um grande sorriso para contar sua história: “Eu ganhei alma nova.

Não sabia, nunca na vida, que tinha essa vocação. Hoje fico admirando as bolsas que faço, enfeito com uma sianinha, com uma pintura, acho uma lindeza”.

As bolsas são de palha de bananeira. O que antes era jogado fora ou queimado agora vira renda e trabalho para dezenas de famílias. “Depois que a bananeira dá o cacho, ela é cortada, não serve mais. Mas a palha, bem trabalhada, é resistente e maleável para o trabalho manual”, explica Gisele Carvalho, coordenadora do projeto.

Em Sertão do Bracuí, onde dona Margarida mora, tem bananeira para todo lado. Os estagiários do *Ilha Viva, Sertão Vivo* ensinaram as mulheres a cortar, separar, secar e trançar a palha. Bolsas, cestos, potes, bijuterias e tapetes de todo tipo vão brotando das mãos e da imaginação da comunidade do sertão.

COOPERATIVA

“O povo aqui diz que eu agora respiro palha de bananeira”, brinca Laudiana dos Santos, de 33 anos. É verdade. Na varanda da casa de Laudiana, tem tronco de bananeira, palha sendo curtida, tear e todo tipo de peça de artesanato. O dinheiro ainda é pouco: junto com outras três amigas, ela conseguiu juntar R\$ 248,00 no mês, vendendo as peças de palha. Mas a moça já sonha mais alto. Ela e dona Margarida estão fundando uma cooperativa, que, antes mesmo de formalizada, já tem 16 associados. “Vai dar, se Deus quiser, para eu reformar a casa e ter um dinheirinho guardado. Mas importante mesmo é que agora a gente está se juntando, trocando idéias.”

“A organização da comunidade é um dos grandes objetivos do projeto. A idéia é abrir oportunidade de trabalho e renda para que as pessoas não abandonem sua terra, seu contexto familiar. Mas, depois do empurrão inicial, elas devem aprender a caminhar por conta própria”, observa a gerente de Educação Comunitária da Secretaria de Educação de Angra, Elizabeth Souza.

O empurrão inicial dado pelo *Ilha Viva, Sertão Vivo* inclui apoio para o escoamento da produção, em feiras e exposições não só em Angra dos Reis, como em várias cidades do País. Na medida em que se organizam, as comunidades também vão descobrindo, por si só, novos canais de comercialização.

DOCES, CONCHAS E AGRICULTURA

A rede hoteleira também vai descobrindo os talentos locais. E não é só artesanato com palha de bananeira. A produção de doces nas comunidades atendidas vai de vento em popa. Doce de banana, de goiaba, de jaca, manga, abóbora, frutas que antes apodreciam pelo chão e que agora geram renda e trabalho para dezenas de famílias. “O pessoal não tinha o menor conhecimento de técnicas de higiene nem de esterilização de vidros. Não adiantava fazer doce, se ele ia se perder em pouco tempo”, observa Elizabeth Souza. Hoje, clientes é que não faltam nas pousadas ou até mesmo nas praias.

O artesanato com conchas é outra opção. “Embora as praias da região não tenham tantas conchas, o pessoal consegue juntar material suficiente para produzir quadros e ímãs de geladeira que fazem sucesso com os turistas”, conta a gerente de Educação Comunitária.

O *Ilha Vivo, Sertão Vivo* também é importante para incentivar a produção agropecuária das comunidades. Estudantes de Agronomia da Universidade Rural vão de casa em casa para observar a plantação ou a criação de animais. “Às vezes, eles dão orientações bem simples, sobre pragas ou sobre o local da plantação, mas que fazem uma diferença e tanto na produção”, relata Elizabeth Souza.



Novas técnicas absorvidas pela comunidade garantem produção de doces com as técnicas de higiene necessárias

No Sertão do Perequê, a comunidade tem sentido no bolso o efeito de tanta orientação. Além de ter mais alimentos na mesa, as famílias estão conseguindo uma produção extra para vender os hortigranjeiros numa feira livre semanal, pelas redondezas. Uma experiência que o projeto quer multiplicar e que pode ser estimulada com as hortas comunitárias montadas nas escolas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na sede da Eletronuclear, o presidente Othon Luiz Pinheiro da Silva, comemora o sucesso do *Ilha Vivo, Sertão Vivo*. E observa que a empresa tem uma série de outros projetos sociais, entre eles uma cozinha comunitária que funciona como central de produção e distribuição de multimistura, em parceria com a Pastoral da Criança, na comunidade Nova Angra. A empresa tem ainda um convênio com a Prefeitura de Angra dos Reis para oferta de oficinas de corte e costura, artesanato, culinária e economia doméstica na cidade. E mantém um hospital de primeira linha em Praia Brava, onde atende não só os funcionários da Eletronuclear, mas toda a rede SUS e pessoas acidentadas entre Angra e Paraty.



Margarida (à direita): alma nova ao descobrir nova vocação

“A Eletronuclear tem um profundo respeito pelo ser humano e pelo meio ambiente. Acredito que cada empresa, dentro de sua região de atuação, tem de gerar condições materiais para o desenvolvimento social e para a melhoria de vida da população”, analisa o Eng. Othon Silva. Para o presidente da Eletronuclear, um dos papéis mais importantes das parcerias em torno do Fome Zero é estimular a organização social: “Com apoio financeiro inicial e ajuda profissional de nossos técnicos, essas comunidades podem depois seguir seu próprio caminho. É o milagre da multiplicação dos pães.”

PARA SABER MAIS

Eletronuclear

www.eletrosul.gov.br

(21) 2588-7912



NA PONTA DOS DEDOS — Pastoral da Criança

Com a grade de madeira firme entre as pernas e a paciência infinita de quem criou dez filhos driblando a seca e a miséria, dona Luísa Pereira da Costa aperta os olhos miúdos e vai contando e puxando, um a um, os fios da cambraia de linho. Nas casinhas que surgem aos poucos no tecido, pontos delicados vão depois alinhar e cobrir o que agora parece uma grande teia. “A gente aí torce cada fio e cobre uma parte com o paleitão. Mais pra frente ainda tem que perfilar, para dar o acabamento no bordado, para só então recortar ele todinho, com jeito”, tenta explicar a velha senhora. Difícil não se perder no labirinto de linhas, tramas e arte que vai brotando das mãos ágeis de Luísa e de suas filhas, amigas, vizinhas. Um labirinto que começa a gerar renda e esperança na pequena comunidade do Córrego da Nica, a 18 quilômetros de Aracati, no Ceará.

Foram os líderes comunitários da Pastoral da Criança que se deram conta do potencial do labirinto no Córrego da Nica. Uma arte que foi passando de geração em geração e que, ao lado da agricultura, sempre ajudou a garantir o sustento de cada dia na comunidade. “De dia a gente ajudava o marido na roça, de noite trabalhava no labirinto. Era o jeito de ter o de comer para a família toda”, recorda Maria José Santos, que aprendeu os primeiros pontos com a mãe, aos quatro anos, e ensinou depois os segredos do labirinto para as cinco filhas. Só agora, aos 62 anos, Maria José começa a ver seus pontos e tramas serem valorizados de verdade. A artesã que varava noites e noites bordando sob a luz da lamparina para ganhar alguns trocados, hoje é uma das 19 mulheres do Córrego da Nica reunidas pela Pastoral no projeto *Vencer Juntos* e já pensa até em formar uma cooperativa, para ajudar a comercializar o labirinto.

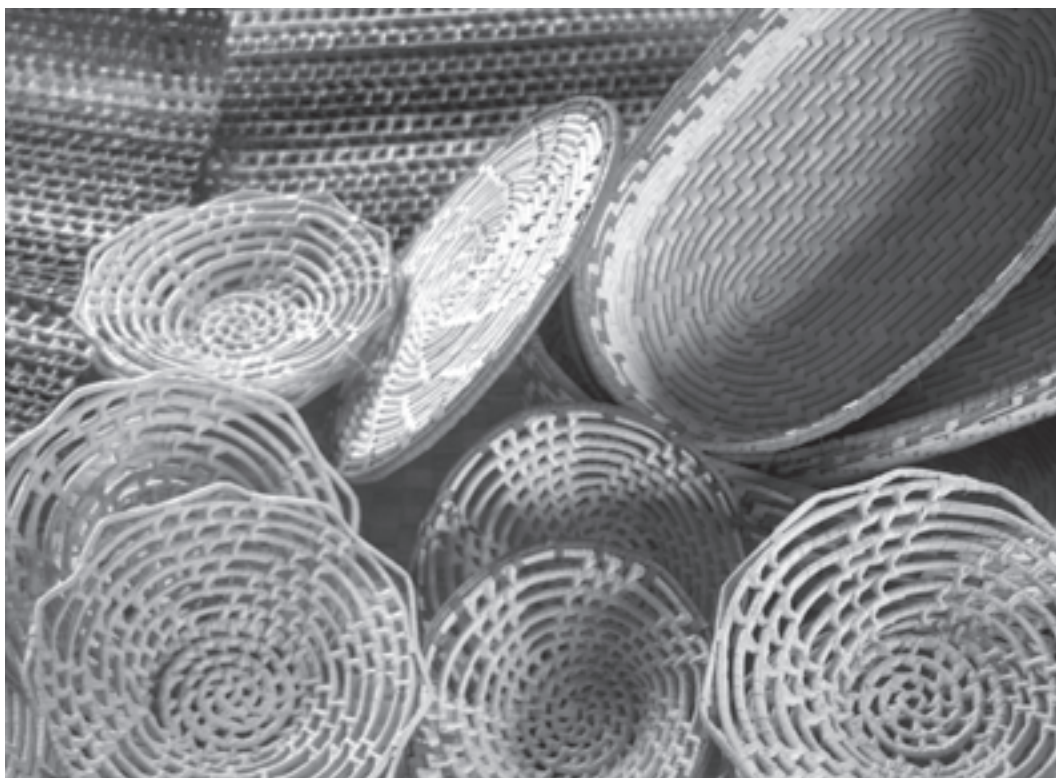
“A gente já estava era pra desistir do labirinto. Passava mais de mês para fazer uma toalha e na hora de vender às vezes mal tirava o gasto com o tecido, a linha, a agulha. Com o projeto agora ficou mais fácil de vender, o pessoal faz encomenda, e a gente aprendeu a botar um preço direito no trabalho”,

conta Maria José. A professora e líder comunitária da Pastoral, Maria Lúcia dos Santos Silva, resume: “Agora elas vendem o labirinto, antes elas davam.” As peças, que de uns tempos para cá começaram a ficar esquecidas nas gavetas, por falta de comprador, já foram parar até nos Estados Unidos, orgulha-se Maria Lúcia.

A idéia do *Vencer Juntos*, o projeto de geração de trabalho e renda que a Pastoral da Criança desenvolve em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é exatamente aproveitar o potencial de cada comunidade. No caso do Córrego da Nica, a arte do labirinto, que já começava a ser esquecida pelos mais jovens, só precisava de um empurrãozinho. O dinheiro para a compra da matéria-prima –R\$ 1.130,00, a serem reembolsados, sem juros, em cerca de dois anos, para aplicação em outros projetos do *Vencer Juntos* – nem é o mais importante. A diferença mesmo, explica Francisca Geane, técnica do *Vencer Juntos* em Aracati, é a organização das mulheres em torno de um projeto de geração de renda, sua capacitação para cuidar do negócio e o apoio para participar de feiras e eventos promovidos pelo Sebrae.



Capacitação agregou valor ao trabalho das artesãs



A palha de carnaúba vira arte e promove a cidadania no interior do Ceará

CARNAÚBA

A vinte minutos do Córrego da Nica, em Itaiçaba, a história é bem parecida. Lá, também, as mulheres conhecem o ofício do artesanato ainda criança. De geração em geração, aprendem a tecer beleza e sustento com o que a natureza oferece de sobra: a carnaúba. Mas os carnaubais, que se estendem por onde a vista alcança, têm dono. E para garantir o dinheiro miúdo do artesanato, é preciso pagar pela palha. E pagar pela tinta que colore cestos, tapetes e potes, pelas luvas e máscaras para não se intoxicar com a tinta. E sofrer com a exploração dos atravessadores, que oferecem uma ninharia em troca do talento e do suor das artesãs.

“Com o projeto da Pastoral a gente mesma pode agora vender as peças nas feiras e ganhar muito mais. Um cesto que sai a R\$ 4,00 para o atravessador, a gente consegue vender a R\$ 7,00 ou R\$ 8,00”, conta Maria Amélia Batista, com a experiência de quase 60 anos trabalhando com a palha da carnaúba. Um trabalho complicado: é preciso colocar a palha para secar, depois riscar com a ponta da faca cada gomo para só depois começar a fazer os pontos, enrolando e enrolando a palha na ponta do dedo. O colorido, que enche os olhos dos turistas, é a última etapa.

Por enquanto são apenas nove artesãs no grupo do *Vencer Juntos* – cada uma conseguiu um empréstimo de R\$ 250,00 para a compra do material, principalmente da tinta, que vem de São Paulo. Mas a Pastoral já trabalha em parceria com a Associação de Artesãs da cidade, que tem 250 associados, e a experiência do grupo vai só se multiplicando. Importante, explica a técnica Francisca Geane, é a divulgação do artesanato de Itaíçaba nas feiras do Sebrae, que também se encarrega de ensinar novas técnicas às artesãs, agregando valor ao seu trabalho. Com os olhos fixos no trançado que vai brotando dos dedos ligeiros, Ângela Freitas, conta, orgulhosa: “A gente já foi para Fortaleza, Canoa Quebrada, Recife.”

EXEMPLOS

Córrego da Nica e Itaíçaba são só dois exemplos. Em outras cidades do Nordeste e do norte de Minas Gerais, onde mulheres e crianças carentes já são acompanhadas pela Pastoral da Criança, o *Vencer Juntos* vai, aos poucos, se multiplicando. São projetos de artesanato, agricultura familiar, unidades de beneficiamento de produtos agrícolas, capacitação de grupos comunitários e associativismo. O dinheiro – R\$ 2,3 milhões – vem do Fome Zero. O compromisso da Pastoral da Criança com o MDS é atender 2 mil famílias até 2006, contribuindo para o combate à fome e à pobreza e promovendo a inclusão social e a cidadania de famílias carentes.



A arte do labirinto vira exercício de cidadania no interior do Ceará

“É uma parceria importante. A Pastoral tem uma metodologia de mais de vinte anos. Sabemos como chegar às localidades mais carentes, conhecemos os líderes comunitários. É a nossa contribuição, dentro da perspectiva do Fome Zero, para que mais famílias tenham o que comer”, pondera a responsável pelo *Vencer Juntos*, Maria das Graças Silva.

A presidente da Pastoral da Criança, Zilda Arns, lembra que a entidade atua em 37 mil comunidades e que, em todas elas, há um envolvimento com o Fome Zero. A Pastoral ajuda a encaminhar a população para programas como o Bolsa Família e o BPC – Benefício de Prestação Continuada, dirigido a idosos e deficientes. Ajuda, também, a fiscalizar o cumprimento desses programas. O *Vencer Juntos*, a presidente observa, ainda é um projeto limitado, mas a Pastoral acredita na importância da descoberta de talentos e do impulso ao empreendedorismo, em projetos de geração de renda, para a redução, efetiva, da miséria e da fome no País.

Dona Luísa, com seu labirinto, e dona Maria Amélia, com seus cestos de palha de carnaúba, não têm lá muita noção de políticas públicas. Mas com a experiência de quem já viveu a fome de perto e tem a esperança bem na ponta dos dedos, elas sabem que dona Zilda está cheia de razão.

PARA SABER MAIS

Pastoral da Criança

www.pastoraldacrianca.com.br

(61) 3235-5343



CONTRA A VIOLÊNCIA — Fiocruz

A Fundação Oswaldo Cruz, um centro de excelência em pesquisa na área de ciência e tecnologia em saúde, mesmo sempre tendo adotado uma política de abertura e envolvimento com a comunidade local, não escapou da violência. Instalada na Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso ao Rio de Janeiro, em 1994 a instituição viveu um dos seus piores momentos quando ficou no fogo cruzado entre a polícia e traficantes de drogas.

Em vez de isolar-se, a Fiocruz decidiu ampliar ainda mais o seu envolvimento com as comunidades carentes do entorno. O passo decisivo foi um programa de ensino e trabalho concebido por um dos seus pesquisadores, Szachna Eliaz Cynamon, batizado de “Universidade Aberta”. O resultado é um dos projetos de geração de emprego e renda mais bem sucedidos do país.

Em parceria com a comunidade, criou-se uma cooperativa que passou a oferecer instalações físicas, computadores, material de consumo e a participação de pesquisadores, funcionários e técnicos do Banco do Brasil. O então presidente da Associação dos Moradores, Gilberto Silva, lembra que reuniu um grupo com cerca de cem pessoas que apostaram na idéia. Para arrecadar o dinheiro necessário, cataram e venderam papelão. Em setembro daquele ano começavam as atividades da Cooperativa dos Moradores do Complexo de Manguinhos (Cootram).

Para absorver a nova mão-de-obra, a Fiocruz não renovou o contrato com uma empresa de conservação. Porém, manteve os antigos funcionários e abriu vagas nas áreas de limpeza, conservação e jardinagem, com a condição de que fossem moradores das áreas próximas e estivessem desempregadas. Mesmo arcando com a capacitação profissional, a Fiocruz conseguiu uma redução de 30% nos custos de manutenção.

“Mostramos que podíamos fazer um serviço bom, bonito e barato” lembra o atual presidente da cooperativa, orgulhoso do cadastro atual com mais de

dois mil cooperativados. Esta parceria com a Fiocruz tem sido tão bem sucedida que a Cootram agora, já tem fôlego suficiente para implantar projetos próprios como a Criação do Centro de Cultura, Arte e Música Pixinguinha que oferece, além das aulas de música, incluindo coral, orquestra e violino, cursos de dança, capoeira e teatro.

VIOLÊNCIA DIMINUIU

Para chegar a esse ponto, Gilberto Silva ressalta a importância da concepção do programa baseada em parcerias. “Foi fundamental porque os moradores se sentiram ativos e responsáveis pela implantação da cooperativa” afirma o presidente. Um dos indicadores, segundo ele, é que mesmo empregando ex-presidiários e ex-trafficantes, a cooperativa nunca registrou qualquer tipo de problema. As estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro confirmam que os índices de violência na área foram reduzidos em 60% desde a implantação da Cootram.

Além dos números, a trajetória de um dos beneficiados é o que melhor traduz a importância da iniciativa. Andréia Tavares, a caçula de sete irmãos, sendo dois alcoólatras e outro traficante banido da comunidade, pai agressivo



Andréia agora sente orgulho de si mesma, como os demais membros da cooperativa

e viciado em drogas, ela teve que sair de casa para fugir dos maus tratos. Órfão de mãe aos dez anos, como última alternativa foi trabalhar como empregada doméstica em troca de comida e do direito de continuar a frequentar a escola. Aos quinze ficou grávida. Na condição de mãe solteira e sem poder contar com a ajuda de ninguém passou a viver de biscates como a venda de limão nas ruas.

Esta fase turbulenta e confusa só terminou aos 17 anos, quando ela conseguiu uma vaga na Cootram. Andréia começou como servente, mas longe de se sentir humilhada por cuidar da limpeza dos banheiros da Fiocruz, ela se reconheceu como cidadã. Pela primeira vez, teve direito à carteira de trabalho assinada, vale-transporte e alimentação.

Consciente da oportunidade profissional, começou a usar o tempo livre para estudar. Cursos de informática, administração e secretariado contemplados pelo convênio, passaram a ser uma alternativas reais. Em apenas nove anos, saiu da função de servente para assumir a chefia do Departamento de Pessoal da cooperativa. “Antes não tinha metas a cumprir e nem me dava ao direito de sonhar. Agora sinto orgulho de mim mesma ” afirma Andréia.

AMPLIAÇÃO CONSTANTE

Para manter e ampliar a parceria, o Governo Federal repassa aproximadamente R\$ 14 milhões por ano em recursos do Fome Zero, que aposta na inclusão social e na geração de renda para as comunidades carentes. Vítor Labre, representante da Fiocruz na parceria, afirma que, além da criação de cerca de 800 empregos diretos, a continuidade do programa e a sua ampliação constante foram importantes para estabelecer uma relação de confiança com a comunidade. “Os moradores se sentem donos da Fundação. Elas a reconhecem e a respeitam como patrimônio de todos. Para muita gente, aqui é quase como uma extensão da própria casa” diz.

Que o diga Luísio Constantino Faceiro, que passa mais de doze horas na Fiocruz entre trabalho e estudo. Aos 33 anos, ele tem pela primeira vez, a chance de frequentar regularmente uma escola. Os pais dele, com nove filhos, nunca puderam arcar com este tipo de despesa. Nenhum deles pôde ir às aulas porque sequer tinham sapatos, quanto mais dinheiro para comprar cadernos e livros. “Sem instrução, fui varrer lixo nas ruas engolindo humilhação diariamente. Ninguém falava comigo a não ser para me ofender” lembra, com lágrimas nos olhos.

Faceiro agora é Supervisor Operacional, função que lhe dá o direito de coordenar toda a equipe de jardinagem, definir as prioridades e checar a qualidade do trabalho feito. Ele, porém, parece ter dificuldade de esquecer o desprezo que sentiu ao longo da vida. Sabe, no entanto, que hoje tem condições de oferecer uma vida melhor para o único filho, de dois anos. “Não quero que ele passe pelo que passei. Vou fazer o que puder para garantir escola dele” afirma convicto.

Conscientes que uma mudança efetiva também passa, obrigatoriamente, por programas de educação, a Fiocruz e a Cootram trabalham agora para ampliar o acesso à escola. Além do ensino fundamental oferecido desde 1994, foi implantado no ano passado um projeto ainda mais ambicioso: alfabetização para adultos, que conta com mais de dois mil alunos atualmente. Para este ano, estão em fase de montagem o curso de segundo grau e o de capacitação profissional em parceria com a Escola Politécnica de Saúde.



O cooperativismo reduziu em 60% os índices de violência na região

O presidente da Fiocruz, Paulo Buss, reforça o acerto desta parceria entre o Governo Federal, a Fundação e as comunidades carentes: “A geração de trabalho e renda através do cooperativismo é uma das formas mais efetivas de superação da exclusão social. A decisão coletiva e a repartição dos frutos do trabalho é uma forma diferente de organização da produção. A experiência de Manguinhos comprova que estas iniciativas podem ajudar na inclusão de comunidades de baixa renda”.

PARA SABER MAIS

Fiocruz

Fundação Oswaldo Cruz

www.fiocruz.br

(21) 3884-0290

INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA DE PRODUÇÃO

Aquisição de equipamentos e de infra-estrutura para apoiar atividades produtivas de comunidades ou agrupamentos carentes.





PEIXE NA REDE — Eletronorte

Os três pescadores não se fazem de rogados. Pele curtida pelo sol da Amazônia, mãos calejadas pelo trabalho de uma vida inteira no rio, eles levantam um dos 28 tanques contruídos à beira do Candeias. Riem diante do espanto dos visitantes, ao verem centenas de tambaquis se debatendo no fundo da rede e espirrando água para todo lado. Um espanto justificado. A pesca predatória vem acabando com os peixes da região. A produtividade natural do rio, que nunca foi lá muito piscoso, não passa de uma grama de pescado por metro cúbico de água. Nos tanques, ela cresceu mais de mil vezes.

Com pouco mais de um ano, o projeto de criação de tambaquis em tanques-redes, desenvolvido pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil, a Eletronorte, em Candeias do Jamari (RO), já apresenta um resultado impressionante: 25 toneladas de pescado no ponto de consumo e outras 26 toneladas que estarão prontas para abastecer a população ainda no primeiro semestre deste ano.

“É uma fartura, eu só via assim lá no Amazonas, muito tempo atrás”, comenta Francelino Pinheiros, do alto de seus 63 anos e décadas de luta com barco, rede e anzol. Tanta fartura é fruto de trabalho duro, que transformou 25 pescadores artesanais em piscicultores profissionais intensivos, com diploma e tudo, conferido pela Eletronorte e pelo Governo do Estado de Rondônia. Selecionados pela Colônia de Pescadores da cidade, primeiro eles tiveram de passar por um curso de aproveitamento de águas improdutivas para criação de peixes em tanque-rede. Depois, com a ajuda das mulheres e dos filhos, construíram a infra-estrutura flutuante de 632 metros quadrados que dá suporte aos tanques-redes, vigiados dia e noite em regime de plantão.

UM SÍMBOLO

O dinheiro, por enquanto, vem pingando aos poucos. A comercialização começou em fevereiro passado e 30% da receita vão para um fundo que irá garantir a sustentabilidade do empreendimento, que teve um investimento

de R\$ 200 mil da Eletronorte, uma das empresas parceiras do Fome Zero. Mas os 65% que vão parar no bolso dos pescadores, que agora comercializam diretamente o pescado num galpão construído com recursos do projeto, prometem fazer diferença na vida das famílias ribeirinhas. O lucro nessa primeira etapa pode chegar a R\$ 3 mil. É só o começo, todos concordam.

“Aqui não tinha mais peixe, nem emprego”, lembra Antônio de Almeida Sobrinho, o engenheiro de pesca responsável técnico pelo projeto. “Se podemos produzir 135,43 quilos de pescado por metro cúbico de água, não podemos permitir que pescadores e comunidades tradicionais no Brasil passem fome. A criação de peixe em tanques-redes pode ser o caminho mais curto para se erradicar a fome no Brasil”, entusiasma-se o engenheiro. O entusiasmo do gerente regional da Eletronorte, Fernando Fonseca, não é menor: “A produção de pescado em tanques-redes muito em breve será o símbolo do Fome Zero”. Para mostrar que não estão exagerando, os técnicos listam as vantagens do projeto, como produção regular de alimento, geração de emprego, distribuição de renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento da economia regional com qualificação profissional, segurança alimentar e inclusão social.



Criação de tambaquis em tanques muda a vida de pescadores em Rondônia

A preservação dos recursos pesqueiros é outro ganho inestimável. “Só dessa maneira nossos cardumes terão um descanso para se recompor. Nossos estoques pesqueiros não suportam os atuais níveis de exploração da pesca profissional em todos os rios de Rondônia”, avalia o secretário de Estado do Meio Ambiente, Augustinho Pastore.

Dona Isabel Rodrigues, que criou dez filhos com o dinheiro miúdo da venda de pacu, piau, pintado, pirapitinga e tambaqui, também não deixa dúvidas sobre as vantagens do projeto. “A vida de pescador é muito precipitada. Já passei foi muita preocupação com jacaré, com cobra. Isso sem contar que nos últimos tempos tinha vez que meu marido ia por aquela água toda dias seguidos e não trazia era nada de peixe”.

Na rede estendida ao lado, dona Vanda Oliveira balança a cabeça, concordando com a comadre. Ela conta que a filha mais velha, Aldenora, fez questão de participar do curso de tecnologia de pescado da Eletronorte, para aprender a secar, limpar, salgar e defumar o peixe. Aldenora agora pode usar o secador solar, a salgadeira artesanal, os defumadores e toda a infra-estrutura hidráulica, elétrica e sanitária que a empresa montou na Colônia dos Pescadores para preparar o pescado.

SEMENTE

“Pode até parecer estranho, mas muito desse pessoal não sabia nem como limpar e eviscerar direito um pescado. O baixo nível tecnológico do pescador artesanal da Amazônia faz com que cerca de 13% de toda a produção do pescado da Amazônia sejam desperdiçados”, observa o engenheiro ambiental da Eletronorte, Fernando Bastos.

Tanta informação nova enche os olhos dessa gente simples. Adão de Araújo, de 44 anos, é um dos 25 pescadores que aprenderam a pesar e medir os peixes, dosar e controlar a ração diária, instalar as telas protetoras, limpar e cuidar dos tanques. Ele também está aprendendo, junto com os colegas, a administrar o próprio negócio. Porque a idéia, segundo a direção da Eletronorte deixa bem claro, é que, com o tempo, os novos piscicultores possam caminhar com as próprias pernas.

Fernando Bastos, explica: “A gestão é deles, monitorada por nós, até o momento em que eles possam tocar tudo por conta própria. Como a empresa está inserida num contexto ambiental de impacto na produção pesqueira, temos a obrigação de reduzir esse impacto e de trabalhar pelo desenvolvimento



De pescadores artesanais a piscicultores: emprego e renda

sustentável da Amazônia, ainda mais em Candeias do Jamari, que nasceu com a construção da Usina Hidrelétrica Samuel.” Bastos sonha alto: “O ideal seria transformar os 2,5 mil pescadores cadastrados em Rondônia em piscicultores. Estamos plantando uma primeira semente e já provamos que dá certo.”

Uma semente que promete dar novos frutos em breve. A Eletronorte já está desenvolvendo uma experiência pioneira de criação de jatuaranas ali mesmo, em Candeias do Jamari. E, embora num estágio ainda inicial, os resultados já são animadores. A jatuarana é bastante resistente, cresce bem mais rápido e é mais valorizada comercialmente que o tambaqui. “A jatuarana é o peixe que vai dar futuro aqui. Hoje ele está a R\$ 9,90 o quilo no mercado. Criando no tanque, a gente vai poder vender fácil, fácil por R\$ 7,00 e ainda ter um lucro danado de bom”, prevê o pescador Hilário Veigant.

A empresa tem uma perspectiva de investimento de R\$ 3,3 milhões, em projetos de agricultura familiar, avicultura, piscicultura e qualificação profissional. “A Eletronorte, em todos os seus níveis, tem total noção da

importância de sua política de responsabilidade social. Por isso, somos parceiros de primeira hora do Fome Zero, trabalhando em diversas frentes. E vamos continuar colaborando com o Fome Zero, desenvolvendo parcerias e novas iniciativas, para que nosso país possa diminuir as desigualdades sociais e acabar com o flagelo da fome de uma vez por todas”, conclui o presidente Roberto Garcia Salmeron.

PARA SABER MAIS

Eletronorte

Centrais Elétricas do Norte do Brasil

www.eln.gov.br

(61) 3429-5333

ACESSO A CRÉDITO

Ações de microcrédito produtivo orientado e bancarização.





DONOS DA PRÓPRIA HISTÓRIA – Banco do Brasil

Cena 1: Sete da manhã em Monteiro, no Cariri paraibano. Na porta da Associação dos Ovinocaprinocultores, a fila começa a crescer. Gente que vivia de um serviço aqui e ali, na fazenda dos outros, e que nunca imaginou ganhar um centavo com leite de cabra, vai chegando de todo canto, com baldes e baldes do leite. Cada litro significa R\$ 1,00 no bolso do produtor. A usina da associação beneficia de 3 mil a 3,5 mil litros por dia. O que antes não tinha o menor valor hoje já garante o sustento de pelo menos 85 famílias.

Cena 2: Três da tarde em Chorozinho, no semi-árido cearense. Na minifábrica de castanha de caju da Associação Comunitária Construtores da Paz, protegidos por toucas e máscaras brancas, produtores e produtoras rurais trabalham em silêncio, ocupados com o trabalho minucioso de raspagem e seleção das amêndoas de caju. Os tempos de só plantar e colher a fruta, para vender a castanha por um preço minguido ao atravessador, ficaram para trás. Os 39 produtores da associação agora são donos de sua história: plantam, colhem, beneficiam, embalam e vendem. As castanhas de Chorozinho, logo vão parar na Itália e nos Estados Unidos.

Por trás dos dois cenários, está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e um dos maiores parceiros do Fome Zero, o Banco do Brasil. É o dinheiro do PAA que assegura a compra do leite e da castanha de caju, a um preço justo. É o crédito do Banco do Brasil que permite a compra e custeio dos animais em Monteiro e a Fundação Banco do Brasil que garante a estrutura e assistência técnica da minifábrica de caju de Chorozinho – uma das 50 que já começam a se espalhar pelo Nordeste. Dois projetos que estão mudando a realidade de centenas de produtores rurais, gerando renda e trabalho e estimulando o desenvolvimento econômico sustentável de pequenas comunidades do semi-árido.

LEITE DE CABRA

Foi tanta mudança que os produtores de Monteiro ainda se espantam. Cabra, todo mundo por ali sempre teve umas duas ou três, no fundo da casa. Mas só mesmo para comer uma carnhinha de bode, de vez em quando, ou ganhar um dinheiro miúdo com a venda de um cabrito ou outro, no final do ano. O leite, quando sobrava, ia parar no lixo.

“A gente achava que o leite fedia a pai do chiqueiro, não prestava pra nada. Quando o pessoal aqui da associação montou a usina e perguntou se a gente não queria vender leite de cabra, todo mundo achou foi muito esquisito. Quem é que ia querer tomar esse leite, meu Deus?”. Cícero Batista dá risada quando lembra daqueles primeiros tempos. Ele aprendeu a separar o bode das cabras e a higienizar bem as tetas, para acabar com o cheiro forte do leite. Em três anos, as duas cabras de Cícero viraram dez. Melhor ainda: dez cabras das boas, bem diferentes das cabras “pé-duro” que ele tinha antes. A melhoria genética – com animais que produzem até dez vezes mais – é um dos segredos do projeto, que envolve, além do Banco do Brasil, a Emater, a Prefeitura de Monteiro, a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Paraíba, o Sebrae, a Associação dos Ovinocaprinosultores do Cariri Ocidental Paraibano e o Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinoultura de Monteiro (Cendov).



A usina da associação beneficia de 3 mil a 3,5 mil litros de leite por dia

O dinheiro para comprar e manter os animais, Cícero arranhou no Banco do Brasil. Além da facilidade para conseguir o crédito, os juros de 4% ao ano (3%, se o pagamento estiver em dia) não assustam o produtor. Ainda mais porque o pagamento vai sendo descontado aos pouquinhos pela associação, em produto, na hora da entrega do leite. Outra vantagem: no caso do empréstimo de R\$ 3 mil para investimento, o prazo de pagamento é de quatro anos, com um desconto de R\$ 700,00, no final; no caso do empréstimo de R\$ 1 mil para custeio, o prazo é de um ano, com um desconto de R\$ 200,00. Compensa? E como, pelas contas de Cícero: “Antes eu trabalhava aí pela fazenda dos outros, ganhando R\$ 30,00 por semana. Hoje tiro R\$ 15,00 por dia com o leite de cabra e já contratei até um empregado para me ajudar.”

José Aguinaldo Quaresma, outro que nunca sonhou em comprar sequer um quilo de açúcar com a renda do leite de cabra, também mudou de vida depois do projeto de caprinocultura leiteira. Hoje, José Aguinaldo tira 50 litros de leite por dia e garante renda para outro pai de família, que o ajuda com a criação três vezes por semana. “Daqui um ano, quero estar botando 100 litros aqui na usina, se Deus quiser.”

PAA

Cem litros é o limite de compra do PAA-Leite, por produtor. Cada litro vale R\$ 1,40 – a associação repassa R\$ 1,00 para o produtor e usa os outros R\$ 0,40 para as despesas com a usina e a expansão do projeto. O dinheiro certo (80% do MDS e 20% do governo da Paraíba) significa tranquilidade e esperança. “Não era só a falta de costume do pessoal. Também não adiantava produzir antes, porque não tinha para quem vender. Todo mundo saiu ganhando: o povo aqui melhorou foi muito de vida e o leite que a gente vende o governo distribui de graça para quem precisa”, conta o presidente da Associação dos Ovinocaprinocultores, Alfredo de Queiroz Viana. O leite, que passa por testes de acidez e densidade e sai embalado da usina em saquinhos do Fome Zero, vai para crianças, gestantes, nutrizes e idosos de Monteiro e de outros seis municípios do Cariri da Paraíba.

O gerente do Banco do Brasil em Monteiro, Sonielson Juvino Silva, lembra mais: o dinheiro da caprinocultura leiteira injetou ânimo novo no comércio de Monteiro. Afinal, pelos cálculos do Cendov, são cerca de R\$ 85 mil a mais circulando todo mês na cidade. Sonielson observa, ainda, que até junho um “Bodemóvel” do Sebrae vai estar rodando pelas comunidades mais isoladas, levando assistência técnica e exames laboratoriais a produtores que hoje têm dificuldade de acesso ao projeto. “A caprinocultura é uma estratégia de desenvolvimento muito importante para a região, onde a agricultura é inviável e o gado bovino inacessível para os pequenos produtores”, avalia.

Outro ganho importante, segundo o gerente do BB, é o incentivo ao cooperativismo. O banco só abre crédito para quem faz parte da associação. É a capacidade de organização dos produtores rurais que vai garantir outro salto na vida dos pequenos pecuaristas: em abril, o MDS fechou convênio com a associação para compra antecipada, através da Conab, de carne de bode. A carne vai para a merenda escolar das crianças do Cariri e o dinheiro – R\$ 1 milhão – vai entrar tão logo comece a funcionar o abatedouro que está sendo montando em parceria com outras associações da região.

“Vamos fechar a cadeia produtiva. Com esse dinheiro do PAA, o pessoal que está vivendo do leite de cabra hoje vai poder vender os cabritos para o governo, através da associação. Mais para frente, a gente quer fazer um curtume, para aproveitar o couro. O rebanho vai poder aumentar mais ainda, com o dinheiro do Banco do Brasil, a Emepa e o Sebrae vão continuar garantindo toda orientação para vacinar e cuidar dos animais. Daqui um tempo a gente já vai poder se arriscar no mercado privado”, entusiasma-se Alfredo Viana.

Entusiasmo para lá de justificado. O mercado hoje não paga mais de R\$ 4,00 pelo quilo da carne de bode, que é abatida clandestinamente e não tem qualquer controle sanitário. O governo vai pagar R\$ 8,00 o quilo, com a garantia de uma fiscalização rigorosa de qualidade, por parte da associação. A tendência, explica Alfredo, é que o preço do governo acabe regulando o preço na iniciativa privada.

CASTANHA DE CAJU

As minifábricas de castanhas de caju, investimento social da Fundação Banco do Brasil, com tecnologia da Embrapa, despertam um entusiasmo parecido. O projeto prevê a recuperação e a implementação de novas unidades no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia. Cada estado contará com dez minifábricas e uma central de classificação e seleção destinadas à exportação de castanhas e de dois módulos agroindustriais de beneficiamento do pedúnculo do caju. O volume de investimentos é considerável: são R\$ 3,5 milhões da Fundação, R\$ 4,2 milhões do Sebrae e R\$ 1 milhão da Telemar. Sem contar a linha de crédito especial do Banco do Brasil para compra de castanhas de caju, os investimentos do banco destinados a capital de giro para as minifábricas e o apoio decisivo do MDS e da Conab, através do PAA, que garante a compra antecipada da castanha.

Tanto esforço tem um objetivo bem específico: estruturar a cadeia produtiva do caju e gerar uma renda média mensal de R\$ 520,00 por família



O projeto de caprinocultura leiteira dá novo rumo à vida de produtores rurais no Nordeste

cooperada ou associada. “O programa não está preocupado apenas em doar máquinas, construir prédios. Em consonância com a política do Fome Zero, nossa proposta é desenvolver um modelo de negócio que seja viável e auto-sustentável nas comunidades. O grande diferencial do projeto é que, pela primeira vez, os produtores, através das associações e das cooperativas, dominam todas as etapas do processo, do plantio até a exportação”, alerta o presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques Pena.

Para chegar lá, ainda falta muito. Mas as minifábricas de caju já dão os primeiros frutos no Piauí e no Ceará. Antônio Cleonilson que o diga. Líder da mini fábrica de Chorozinho, ele tem os números na ponta da língua: antes, cada um dos 39 associados não conseguia mais que R\$ 1,60 pelo quilo da castanha; hoje, o ganho chega a R\$ 2,50. Só Antônio tira, por safra, de 5 a 7 toneladas de castanha. Mais: a mini fábrica gera trabalho e renda extra para boa parte dos associados. Antônio, mesmo, tira um salário mínimo por mês para administrar a mini fábrica. A mulher também ganha um dinheiro extra, fazendo faxina na unidade, que emprega outros 16 associados como cortadores, raspadores, classificadores e selecionadores da amêndoa. O ganho é por produção ou por diária – R\$ 12,00.

Sem tirar os olhos das amêndoas, que vai selecionando, com mãos ágeis, em oito tipos, segundo tamanho e cor, Francisca Feitas conta que dá para tirar uns R\$ 150,00 por mês com o trabalho na mini fábrica. Fora a venda da castanha produzida pelo marido. “Achei foi ótimo sair do trabalho pesado no roçado, debaixo do sol quente. Já dá para tirar o sustento da família aqui, agora é só melhorar de vida”, comenta Francisca. “Se todo mundo quiser, isso aqui vai pra frente mesmo”, emenda a colega Maria Alves.

O marido de Maria, José Francisco Alves, vai direto ao ponto: “Quando a gente vende *in natura* não tem agregação de valor. Isso aqui mudou a nossa vida da água para o vinho. Sem contar que muita gente agora está contratando outros trabalhadores para ajudar na plantação.” Além do trabalho de assessoria técnica do Sebrae e da Embrapa, Francisco foi um dos muitos produtores que se beneficiaram com a compra antecipada da castanha pela Conab. Ele conseguiu vender 1.250 quilos através do PAA. A safra foi toda entregue à associação. Com o beneficiamento, o dinheiro da castanha vai render muito mais, garantindo um bom lucro para os produtores, depois do pagamento para a Conab.

Daqui para frente, os sonhos se multiplicam. Francisco Alves aposta no projeto de aproveitamento do pedúnculo da castanha. Hoje, a perda chega a mais de 90%. Francisco de Assis Marinho, assistente operacional da Embrapa, garante que o trabalho de substituição de copas e de troca do cajueiro gigante pelo cajueiro anão precoce vai melhorar, e muito, a produtividade. E Francisco Chagas, cooperado da Coopacaju, a cooperativa que funciona como central de beneficiamento e seleção, na cidade de Paracajus, investe na exportação, ainda neste semestre, de 15.750 quilos de amêndoa das mini fábricas do Ceará e do Piauí para os Estados Unidos e a Itália. “O volume que o mercado externo exige dá toda sustentação à nossa produção. Antes nosso produtor não passava de um colhedor de castanha, hoje ele já pode ser um exportador. E pode gerar mais renda, emprego e desenvolvimento para a comunidade inteira”, orgulha-se.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monteiro e Chorozinho são só dois das centenas de projetos desenvolvidos pelo Banco do Brasil em parceria com o Fome Zero. De 2003 à 2005 mais de 2,5 milhões de pessoas foram beneficiadas pelo conjunto de ações do BB em cerca de 2.500 municípios brasileiros. Um trabalho que envolve ações de geração de trabalho e renda, segurança alimentar e geração de conhecimento na potencialização dos recursos locais.

A principal estratégia do Banco do Brasil para atuar nas causas mais profundas da fome e da pobreza é o Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Os números dão idéia da dimensão dessa Estratégia: até maio de 2006 foram R\$ 363 milhões de créditos programados, 579 Planos de Negócios DRS aprovados e cerca de 113 mil famílias beneficiadas em todo o País.

São iniciativas que geram trabalho e renda, garantem a inclusão social e o desenvolvimento econômico de comunidades carentes. O mais importante: além de economicamente viáveis, as atividades produtivas apoiadas pelo BB, por meio do DRS, precisam ser socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. A identificação das vocações ou potencialidades locais é o primeiro passo, o fortalecimento das cooperativas populares é um ganho a mais.

PARA SABER MAIS

Banco do Brasil

www.bb.com.br

(61) 3823-6104



APOSTA NO MICRONEGÓCIO — Banco do Nordeste do Brasil

Cliente, Girlandina Carvalho já tinha de sobra. Não tinha era dinheiro para comprar mais mercadorias e engrenar, de vez, a lanchonete na entrada da casa. Também faltava dinheiro para Maria Socorro Rodrigues dar uma guinada na vida dura de vendedora de roupas, como sacoleira. Capital de giro era, ainda, o que Raquel Silva sonhava para incrementar o negócio com cosméticos. As três microempresárias de Fortaleza, no Ceará, que não tinham dinheiro nem condições de acesso a crédito na praça, hoje lidam com juros e prazos de empréstimos sem dificuldade e têm toda a assessoria técnica necessária para prosperar no negócio.

Girlandina, Maria Socorro e Raquel são três dos quase 206 mil clientes ativos do *Crediamigo*, que o Banco do Nordeste do Brasil tem orgulho de apontar como o maior programa de microcrédito do Brasil, com mais de R\$ 2,32 bilhões contratados nos últimos sete anos – R\$ 1,60 bilhão só no atual Governo, de 2003 para cá. Entre os microempresários beneficiados com crédito rápido e renovável, a taxas de juros bem menores que as de mercado, 30% têm renda familiar inferior a R\$ 600,00 mensais. Não é à toa que o banco é um dos grandes parceiros do Fome Zero. “O *Crediamigo* é importante para fazer a transição das famílias atendidas pelos programas de transferência de renda do Governo. Conseguimos inserir essas pessoas no sistema financeiro, gerar uma renda maior e diminuir a fragilidade desses microempresários no mercado”, analisa o gerente do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste, Marcelo Azevedo Teixeira.

AVAL SOLIDÁRIO

Um dos grandes segredos do negócio é o aval solidário. O dinheiro só sai para grupos de três a dez pessoas que trabalhem por conta própria e tenham pelo menos um ano de atividade no seu micronegócio. Cada um serve de avalista para o outro. Todos juntos se responsabilizam pelo pagamento do empréstimo, que é liberado em no máximo cinco dias úteis e deve ser pago em seis meses. É uma corrente de amigos, vizinhos e familiares, onde um vai chamando e estimulando o outro, multiplicando resultados em pequenas marcenarias, papelarias, farmácias, lanchonetes, borracharias, oficinas mecânicas, salões de beleza, carpintarias e por aí afora.

Foi assim com Girlandina. Ela chegou ao *Crediamigo* através da prima do marido, e, com ela, vieram a vizinha doceira, a amiga marmiteira, a outra dona de armarinho, todas do mesmo bairro. Juntas, venceram o medo do empréstimo, dos juros. Com dinheiro na mão, ganharam descontos na compra de mercadorias, começaram a melhorar de vida. A banca de balas e bombons de Girlandina virou a S&S Lanches, que emprega duas pessoas. Raquel também não reclama: foi com o impulso do *Crediamigo* que ela conseguiu dinheiro para tirar a habilitação e dirigir a moto que a ajuda a distribuir os kits de cosméticos de casa em casa. A microempresária, que chegou ao Banco do Nordeste com o pai, uma prima e uma vizinha, agora está trazendo duas amigas da igreja, que trabalham com confecção. “A gente tem que indicar gente que conhece bem, que tem responsabilidade, para pagar tudo direitinho”, ela recomenda.

A idéia é essa mesma. O valor do empréstimo no *Crediamigo* começa com R\$ 100,00. Na medida em que o porte do negócio e a capacidade de pagamento vão aumentando, o cliente vai mudando de faixa e pode conseguir um crédito individual de até R\$ 8 mil. “A migração para outros produtos e serviços do banco é uma vitória. O resultado é o aumento das vendas, da reposição de estoques, da renda familiar e do número de postos de trabalho”, observa o gerente do Programa de Microcrédito, Marcelo Teixeira.



No Nordeste e no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, 165 mil microempresários garantem crédito rápido e barato com base no aval solidário

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na casa humilde que divide com duas filhas e um irmão pequeno na periferia de Fortaleza, dona Maria Socorro conta que ainda não chegou lá, mas a vida de sacoleira já melhorou um bocado depois do *Crediamigo*. Junto com os R\$ 250,00 que Maria Socorro conseguiu um ano e meio atrás na primeira operação com o Banco do Nordeste, a uma taxa de 2%, veio o mais precioso: assessoria empresarial e financeira.

“Às vezes eu até achava que estava vendendo bem, mas não tinha uma noção, assim, na ponta do lápis, era só mesmo na cabeça. Acontecia das pessoas nem terem me pagado e eu esquecia, porque não tinha anotado”. Rodeada pelas roupas coloridas que garantem o sustento da família, Maria Socorro dá risada, quando se lembra da desorganização do negócio antes da assessora do *Crediamigo* entrar na sua vida. “A primeira coisa que ela fez foi me ensinar a ter uma cadernetinha para anotar tudo, o que vendia, o que recebia, o telefone de cliente, essas coisas. Aí o negócio começou a melhorar”.

A assessora Débora Viana também acha graça: “Ela deixava as roupas jogadas na sacola. A gente mostrou que era preciso organizar tudo direitinho, em sacos plásticos. Também orientou sobre a necessidade de diversificar o tipo de confecção.” Maria Socorro seguiu tudo à risca. Deu certo. Hoje ela consegue lucrar cerca de R\$ 750,00 por mês com a venda de roupas e não precisa mais trabalhar dobrado, como diarista. O crédito no Banco do Nordeste também aumentou: a microempresária se prepara para fechar uma quinta operação, no valor de R\$ 1.000,00.

O trabalho de educação financeira do *Crediamigo* envolve cerca de 900 assessores de crédito, que trabalham diretamente nas comunidades. “Microempresários que muitas vezes não tinham a menor noção de controle contábil e gerenciamento financeiro passam a ter acompanhamento personalizado para orientar como e onde aplicar o dinheiro. É essa assessoria, ainda, que ajuda o programa a ter uma taxa de inadimplência próxima de zero”, observa Marcelo Teixeira.

Presente em todo o Nordeste, no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, a tendência do *Crediamigo*, garante a direção do Banco do Nordeste – que também apóia os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – CONSADs – é crescer, sempre como instrumento para a redução das desigualdades sociais. A meta, para 2006, é atingir 11,5% do mercado de microfinanças. E fazer com que milhares e milhares de Raquéis, Girlandinas e Marias do Socorro se multipliquem pelo país afora.

PARA SABER MAIS

Banco do Nordeste do Brasil

www.bnb.gov.br

(81) 3299-3009

COMERCIALIZAÇÃO

Apoio para acesso ao mercado, principalmente pelo comércio justo, ético, solidário e a exportação.





CARAS DO BRASIL — Pão de Açúcar

Para a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD)/Grupo Pão de Açúcar, a ação socialmente responsável não é uma ferramenta concorrencial; mas o único modo de fazer negócios que a empresa reconhece e utiliza. A companhia acredita que uma empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses de diferentes públicos – acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente – e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos.

Em todas as suas unidades de negócio (Extra Hipermercados, redes de supermercados Pão de Açúcar, CompreBem, Sendas e ABC Barateiro, além das lojas de eletroeletrônicos Extra Eletro), a CBD trabalha incansavelmente para garantir aos seus clientes a melhor experiência de compra, não só pela qualidade dos produtos oferecidos e melhora dos serviços prestados, mas também pela contribuição dada pela empresa às questões sociais e ambientais do Brasil.

Na busca incessante por inovação e aproveitamento das sinergias geradas pelo seu negócio como forma de alavancar processos de desenvolvimento sustentável, a empresa incentiva seus colaboradores, fornecedores, clientes a abraçar causas socialmente responsáveis e também disponibiliza seus ativos para que essas ações possam acontecer, como é o caso, por exemplo, do programa Caras do Brasil.

“Abrimos espaço nas nossas prateleiras para produtos que geram renda, inclusão social e respeitem o meio ambiente”, explica Beatriz Queiróz, gerente do Caras do Brasil, que quando começou, em 2002, operava em quatro lojas com 27 fornecedores de 10 Estados brasileiros. Hoje são mais de 310 itens estão disponíveis em 36 lojas do Grupo, vindos de 71 fornecedores de 19 estados brasileiros.

O Grupo Pão de Açúcar estabelece uma relação comercial especial com seus fornecedores de produtos comercializados através do programa. A escolha dos parceiros do projeto leva em conta a sustentabilidade do trabalho, o apelo de venda do produto e sua qualidade. O prazo de pagamento é de no máximo dez dias e não há exigência de verba contratual. Além disso, toda a logística envolvida na operação é assumida pela rede varejista.

Animada com os resultados, Beatriz classifica a iniciativa como mais um passo no fortalecimento do desenvolvimento sustentável no país, capaz de promover o crescimento econômico com a premissa de gerar riqueza a populações menos favorecidas e difundir o uso de produtos ecológicos, além de possibilitar que estes fornecedores possam no futuro se aprimorar, profissionalizando sua produção.

“Essa parceria é um grande reforço à nossa política de inclusão social, uma vitrine do potencial da pessoa portadora de doença mental”, afirma Soeni Domingos, coordenadora institucional da Adere (Associação para Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional), que há dois anos participa do Caras do Brasil. A Adere é um dos 71 fornecedores, entre cooperativas, ONGs, pequenas empresas e associações, cadastrados desse programa.

“Temos uma linha exclusiva para as lojas do Pão de Açúcar, um parceiro constante, que além de nos dar visibilidade, faz seus pagamentos no prazo de dez dias no máximo, praticamente a vista”, destaca Soeni. Segundo ela, as encomendas da rede de supermercados têm-se mantido na faixa de R\$ 2,5 mil mensais, em média. Isso corresponde a um volume contratado de cerca de 500 peças por mês. Além de vender através do Pão de Açúcar, a Adere abastece uma loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo, e a empresas de distribuição e revenda, como a Tok Stok, por exemplo. Empresas como Leo Madeiras, Pial Legrand, Dautec e Baldacci também constam da sua carteira de pedidos de peças e artigos produzidos por um contingente de 90 excepcionais com mais de 16 anos de idade, a maioria (60%) carente. Divididos em turnos, eles correm para dar conta das encomendas de porta-lápis, cachepôs, bandejas, cestos, blocos saídos das suas oficinas, que ocupam uma área de 1,5 mil metros quadrados, na Vila Santa Catarina, bairro da zona Sul da capital paulista.

Para se ter uma idéia da extensão das parcerias firmadas pela Adere, a máquina de reciclar papel foi desenvolvida em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo, um dos mais respeitados centros de pesquisa no País. O equipamento permite uma economia de até 90% de água durante o processo de reciclagem. Algumas empresas e pessoas físicas adotam os aprendizes bancando suas despesas na entidade. Entre elas, estão a Carbocloro, Equipa Máquinas e Utensílios para Escritório e Albuquerque, Takaoka Participações.

DISTRIBUIÇÃO SOLIDÁRIA

Outra instituição que participa do Programa Caras do Brasil é a Central ArteSol, que reúne a produção de 3 mil artesãos ligados a 70 núcleos de 15 estados brasileiros. Inaugurada em outubro de 2002, com sede em São Paulo, tem como objetivo complementar as ações do Artesanato Solidário, voltado para execução de programas de geração de renda e emprego para o artesão brasileiro.

A central compra os produtos dos artesãos e os comercializa diretamente junto a lojistas, arquitetos e decoradores. São mais de 20 itens diferentes, desde trançados, cerâmicas, tecelagem e bordados, entre outros objetos, também vendidos a restaurantes e lojas de brindes.

“As encomendas do Pão de Açúcar respondem por até 10% do nosso faturamento”, informa Maria Andrade, coordenadora de comercialização da ArteSol. Segundo ela, são pedidos mensais no valor de R\$ 4 mil, em média.



As prateleiras do Pão de Açúcar exibem o fruto do trabalho de 4,5 mil pessoas

PARA SABER MAIS

Grupo Pão de Açúcar

www.grupopaodeacucar.com.br

(11) 3886-3348



O conteúdo desta embalagem integra a Edição

Gente, Bichos, Flores e Folhas do Brasil criada
exclusivamente para CAIXA por meio do projeto
Artesanato Brasil com Bem.

Nas peças, em cerâmica esmaltada, criadas por artistas
da cidade de Lajeado, são apresentadas fotografias
reproduzidas a partir de imagens em
laser e as grafias esmaltadas são inspiradas

na etnografia realizada no Estado de Roraima.

O trabalho foi realizado por alguns artistas que são
representados pela Associação de Artesãos de Lajeado,
criada com o intuito de formar novos artistas e
fomentar a comercialização do artesanato.

O design da embalagem e dos produtos foram criados
pelo estúdio gráfico de arte urbana de Lajeado.

Lajeado
Tocantins

ARTEL

Associação de Artesãos de Lajeado

Edição patrocinada do Projeto Artesanato Brasil com Bem
realizada pela CAIXA.

TEXTURAS, CORES E HISTÓRIAS — Caixa Econômica Federal

Argila, madeira, osso, metal, tecido, pedra-sabão, palha, couro, cerâmica, sementes, fibras e cascas de árvore. Nas mãos de milhares de artesãos do Brasil inteiro, tudo isso se transforma, ganha vida. Vira cesta, bolsa, pote, escultura, adorno, prato, brinquedo, máscara, tapete. Peças que guardam histórias, revelam o talento de nossa gente e a riqueza de nossa cultura. Mas que nem sempre são valorizadas como deveriam, nem geram a renda merecida pela criatividade e sabedoria acumulada ao longo de gerações. Pois a parceria entre o artesanato e o *design*, o tradicional e o contemporâneo, tem sido a grande aposta da Caixa Econômica Federal para começar a mudar esse cenário.

O projeto *Artesanato Brasil com Design* começou em 2003. De lá para cá, impulsionado pela parceria com o Fome Zero, ele já investiu R\$ 2,5 milhões e beneficiou cerca de 500 artesãos em 46 comunidades do País. As onças de madeira da tribo Guarani, no Rio Grande do Sul, os peixes de palha de baboa, da comunidade quilombola de Campinho, no Rio de Janeiro, a cerâmica de Lajeado, no Tocantins, as bonecas de cabaça de Bichinho, em Minas Gerais, e as cestas de fibra de coco de Pitimbu, na Paraíba, são só alguns dos trabalhos que o *Artesanato Brasil com Design* está ajudando a divulgar por todo lado. Até no exterior. Os 6 mil brindes preparados pela Caixa com as peças de artesanato já foram parar nas mãos do Presidente da República, dos ministros de Estado, de governadores, prefeitos, executivos, empresários e autoridades da Índia, China e de vários outros países. Um orgulho danado para quem sempre moldou o futuro e o sustento com as próprias mãos. E também para quem nem imaginava que um dia ia conseguir trabalho e renda com o artesanato.

“Eu era ajudante de pedreiro e vinha aqui na associação só preparar o barro. Mas prestava atenção em tudo, achava bonito demais. Sempre quis aprender as coisas, subir na vida. Quando apareceu o projeto, pensei: puxa, esse pessoal vai ganhar mais que eu. Hoje, graças a Deus, dá para tirar o de comer só com a cerâmica.”

O ex-ajudante de pedreiro e hoje artesão Carlos José de Oliveira Silva, de Lajeado, é quem conta, enquanto mostra sua arte. Da massa úmida de argila vão brotando, como mágica, vasos e pratos. No pé, o controle do torno; nas mãos, o controle das formas. “Tem que ter paixão. Também tem que esquecer os problemas, ficar concentrado”, ensina o artesão, que sonha em montar uma escolinha de cerâmica na sua cidade natal, Barão de Grajaús, no Maranhão.

A encomenda de 600 kits de cerâmica, com cerca de 2,3 mil pratos, copos, pires e moringas, no final de 2003, rendeu R\$ 6,3 mil para os 16 artesãos de Lajeado – boa parte jovens carentes, que encontraram na associação a rara oportunidade de aprender um ofício. Rendeu, na verdade, muito mais: a participação em feiras, exposições, divulgação na mídia e convites para um projeto da Fundação Banco do Brasil, para o Salão de Turismo, em São Paulo, e para as comemorações, junto com o Sebrae, do Ano do Brasil na França. Maria Elza de Oliveira, presidente da Associação dos Artesãos de Lajeado, comemora: “O *Artesanato Brasil com Design* foi um empurrão, o começo de tudo.”

A Caixa também doou uma maromba para amassar o barro e melhorar a qualidade da argila. Mais preciosa ainda foi a orientação da equipe de *designers*. “Foram eles que ensinaram a dar um acabamento mais fino, mais liso pras peças, a não usar nada vitrificado, a padronizar a cerâmica e explorar as figuras rupestres aqui da região”, conta Maria Elza.



Da argila brotam obras que valorizam a cultura local



O projeto Artesanato Brasil com Design resgata a força e o talento de centenas de artesãos no Brasil inteiro

Os símbolos rupestres – uma espiral e um boneco estilizado, encontrados em sítios arqueológicos de Lajeado e que datam de mais de 30 mil anos – agora são a marca registrada da cerâmica local. A prefeitura, que sempre deu um apoio decisivo para a associação, aposta na força do artesanato para incrementar o turismo na cidade. “A gente montou uma lojinha no Terminal Rodoviário e está colocando o trabalho lá em Palmas, na Fundação Cultural. Já tem turista querendo ver de perto as inscrições na Serra só por causa da cerâmica”, conta o diretor de Turismo da Prefeitura de Lajeado, Raimundo Nonato da Silva Pinto.

NATIVIDADE

Em Natividade, também em Tocantins, o entusiasmo é parecido. Os *designers* da Caixa na cidade ajudaram a resgatar uma arte secular: as jóias artesanais em filigrana de ouro e prata, de origem portuguesa. “Os mestres foram morrendo e o trabalho estava se perdendo, o que era um pecado. Mas o ouro é muito caro e já havia poucos aprendizes”, lembra Simone Camilo Araújo, presidente da Associação Comunitária Cultural de Natividade. Dez artesãos da cidade ganharam apoio e auto-estima com a encomenda da Caixa, que ainda doou uma mesa de ourives com todas as ferramentas para a associação.

Assim como em Lajeado, a participação no projeto rendeu novos convites e encomendas para os ourives de Natividade. “Uma coisa foi puxando a outra. A gente nunca conseguiu tanta divulgação”, conta Simone.

O lucro vai, principalmente, para jovens carentes de Natividade, público-alvo da associação. É o caso de José Leal, que, assim como Carlos, de Lajeado, era ajudante de pedreiro antes de se dedicar ao artesanato. Com 25 anos – cinco como ourives –, José Leal conta que melhorou foi um bocado de vida: “Hoje dá para viver só das jóias, já comprei TV colorida, som, geladeira, bicicleta. E ainda ajudo a preservar a arte e a cultura da nossa cidade.”

Para o brinde da Caixa, os *designers* sugeriram um broche em forma de capim dourado, uma planta típica de Tocantins, que brilha como ouro. A embalagem valorizava ainda mais o bordado delicado das jóias: um cestinho de capim dourado, trançado por artesãos do Jalapão. Um ofício que mobiliza comunidades inteiras de uma das regiões mais bonitas e de mais difícil acesso do Tocantins e que também está ganhando o mundo, com bolsas e chapéus que já foram parar na cabeça de modelos famosas, como Gisele Bündchen.

“O importante não é só comprar as peças. É agregar valor, com os conceitos de *design*, e garantir a sustentabilidade do artesanato, discutir a questão da organização da produção, a capacitação e a comercialização das peças”, garante Lars Diederichsen, um dos *designers* que está preparando a terceira etapa do *Artesanato Brasil com Design*. “Também é bom lembrar que a Caixa vai atrás das



Do capim dourado brotam obras que valorizam a cultura local

comunidades beneficiadas para incentivar a bancarização e oferecer microcrédito para os artesãos”, observa a assistente administrativa do Escritório de Negócios da Caixa em Tocantins, Silvana Reis de Almeida.

“O *Artesanato Brasil com Design* ratifica que o artesanato é bom negócio para quem cria, comercializa, divulga e adquire o fruto do talento de nossa gente”, atesta a presidenta da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho. A geração de trabalho e renda através da valorização da cultura popular é um dos melhores exemplos da atuação da Caixa como parceira do Fome Zero. Mas a empresa, lembra a Superintendente Nacional de Fundos, Seguros Habitacionais e Sociais – SUFUS, Mária da Penha Loureiro Rangel Neves, tem ainda o projeto *Adolescente Aprendiz*, que beneficia cerca de 3 mil jovens entre 16 e 18 anos, programas de inclusão digital e de alfabetização de adultos, patrocínio de atletas para-olímpicos carentes e uma série de ações emergenciais, como a aplicação F1 Fome Zero, que já rendeu mais de R\$ 2 milhões em doações. O programa de microcrédito, inclusão e educação financeira, tem como público prioritário os beneficiados do Programa Bolsa Família. A Superintendente Nacional resume: “A Caixa tem orgulho de ser uma empresa socialmente responsável.”

PARA SABER MAIS

Caixa Econômica Federal

www.caixa.gov.br

(61) 3414-8565

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Apoio especializado às diversas fases do processo produtivo, visando sua sustentabilidade.



Projeto Molhar a Terra



PROJETO
DOM HELDER
CÂMARA



PETROBRAS
PETROBRAS S.A.
O Desafio é a Nossa Energia

PETROBRAS
FOME ZERO

Setor



Eletrobrás



MOLHAR A TERRA — Petrobras

Integrando o Programa Petrobras Fome Zero, o Projeto Molhar a Terra tem por objetivo reativar poços para ampliar a oferta hídrica no semi-árido brasileiro para cerca de 27 mil pessoas, desenvolvendo, em paralelo, projetos de capacitação e produção agropastoris que contribuam para a organização social e a sustentabilidade das ações empreendidas. As atividades são direcionadas principalmente a assentamentos e comunidades rurais isoladas do semi-árido brasileiro. Sua realização exigiu consolidar parcerias com várias instituições dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, autarquias e empresas públicas e privadas, e entidades da sociedade civil buscando integrar competências, reduzir custo e viabilizar a implementação projetos similares em processo de implantação pelo Governo Federal.

Um bom exemplo do Molhar a Terra está no Assentamento do INCRA, Palheiros III, Município de Upanema, Rio Grande do Norte. Nessa localidade, em 2003, a PETROBRAS reabriu um poço perfurado sem sucesso para encontrar petróleo, que se mostrou portador de água de boa qualidade. Foi então implantado um sistema produtivo agropastoril, formulado pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com base em princípios agro-ecológicos, com sustentabilidade ambiental, social e econômica. Trabalhando com plantio irrigado e de sequeiro, o projeto contou com o apoio do “Programa Luz para Todos”, do Ministério de Minas e Energia, responsável pela eletrificação do sistema de bombeio e das instalações de apoio construídas, bem como do PDHC e a ONG Cooperativa Terra Livre, que atuam desde então na extensão rural. Significativo tem sido o envolvimento da Prefeitura de Upanema, não só nas etapas de preparo da terra para o plantio como na aquisição de produtos para integrar a merenda escolar.

O processo de discussão que precedeu ao desenho técnico do projeto envolveu as 142 famílias de Palheiros III, sendo que 104 participam atualmente do empreendimento, 46 delas compondo o grupo coletivo que trabalha na área irrigada e o restante cultivando nos seus lotes, em regime de sequeiro, mamona e gliricídia consorciada com feijão ou algodão. A área irrigada de 13,3 ha foi compartimentada em lotes separados por faixas de vegetação nativa, destinados à produção de diversos

tipos de frutas (acerola, lima, maracujá e mamão), verduras e legumes, mamona, forragens e pasto apícola. Integrados ao sistema, são mantidos dois apiários com 50 colméias cada, e é vista como prática estratégica para viabilizar, para aumentar a produtividade e estimular a preservação da caatinga.

O projeto viabilizou a construção do centro de capacitação e inclusão digital, a reforma da escola local, a implantação de turmas de alfabetização de adultos e o resgate e valorização da cultura popular. Um bom exemplo foi o resgate e a valorização da produção de esteiras de carnaúbas, que passaram a ser utilizadas como revestimentos de linhas de vapor, gerando economia para a Petrobras e renda para as artesãs locais.

O Assentamento Canto Comprido, no Município de Carnaubais, também no Estado do Rio Grande do Norte, é a segunda comunidade atendida pelo projeto do Molhar a Terra, com a reabertura e aproveitamento da água de poços perfurados originalmente para petróleo. O projeto conta com a parceria do INCRA, DNOCS, SERHID-RN, Programa Luz para Todos, Prefeitura e associações locais, e vai atender mais cinco outros assentamentos, numa das regiões de IDH mais baixos do Estado. Além da reabertura do poço, a Petrobras responde pela construção das adutoras, cabendo às instituições parceiras a gestão do sistema e a implantação de projetos agropastoris para produção de alimentos e de insumos para as duas plantas de biodiesel de Petrobras.

Uma outra linha de atuação do Molhar a Terra visa à reativação de poços tubulares perfurados para produção de água que, paradoxalmente, encontram-se inativos. Através de convênio com o Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (SGB-CPRM), vinte oito destes poços foram recuperados e passaram a dispor de um sistema simplificado de abastecimento de água. A ação foi direcionada a poços indicados pela CODEVASF e DNOCS, no Noroeste e Nordeste da Bahia, respectivamente, e pelo PDHC e INCRA no Rio Grande do Norte, recebendo ainda a chancela do Programa Luz para Todos que está priorizando a implantação de rede elétrica para o funcionamento das bombas de captação de água. Superada essa primeira experiência, a Petrobras estuda agora uma nova parceria com o MME e o MDS, com a ampliação do número de poços recuperados e dos estados que serão atendidos.

Agora, as cerca de 2500 famílias que vivem no entorno do poço estão sendo convidadas a elaborarem projetos agropastoris, estimulando à organização social e produtiva para a geração de renda e melhoria da condição de vida. Em seis dos nove poços reativados no RN, já estão com os projetos aprovados e iniciando a sua implantação, com apoio de técnicos do PDHC e ARCO Mato Grande. Na Bahia, o uso da água é destinado principalmente para consumo humano, mas também estão sendo consolidadas propostas de ações produtivas locais, com apoio das ONG's ABARÁ e da ADS. Esta ação deverá contar com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação Banco do Brasil.

Nos estados de Sergipe e Alagoas o Projeto Molhar a Terra chegará em 15 localidades integrado ao Programa Água Doce, do Ministério do Meio Ambiente. Este programa é direcionado à revitalização de poços com água salobra, recuperando equipamentos de dessalinização e implantando sistemas de tratamento dos efluentes para o aproveitamento do rejeito em atividades produtivas.

Em parceria com PDHC, prefeituras, governos estaduais, Programa Luz para Todos e a CPRM, a Petrobras está contribuindo na implantação de pequenas adutoras nas localidades de Petrolina e Mulungu, municípios de Caraúbas e Felipe Guerra (RN), e em Guaribas, no Piauí. Outra ação em curso é a construção de 1000 cisternas de placas, conduzido pelo Programa Um Milhão de Cisternas, sob a orientação da ASA. Já foram entregues 120 em PE e 335 no Município de Coronel João Sá, na Bahia. Os estados de Sergipe e Alagoas dividirão as 600 cisternas restantes. A Companhia trabalha com a perspectiva de renovar o convênio, o que permitirá a construção de mais 2000 cisternas na região do Semi Árido.

Os primeiros resultados do “Molhar a Terra” mostram como é possível desenvolvimento com cidadania, com organização social e produtiva, gerando riqueza, contribuindo para a formação escolar, o combate ao analfabetismo, a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, e preservação da cultura popular. Adicionalmente, a capacitação e o apoio técnicos aos brasileiros que vivem em assentamentos e comunidades rurais estão permitindo que além de melhorarem suas condições de vida, participem de um desafio tecnológico inédito – junto com a Petrobras, produzir biodiesel a partir de sementes de oleaginosas, em harmonia com o meio ambiente.

PARA SABER MAIS

Petrobras

www.petrobras.com.br

(21) 3224-3788/7981



A FORÇA DO EMPREENDEDORISMO — Sebrae

Maria Ana Rocha sempre foi crocheteira de mão cheia, mas o dinheiro mesmo, para pagar as contas da casa, ela tirava do emprego de doméstica em Santa Maria, no Distrito Federal. Foi quando um convite para o curso de *designer* no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mudou a vida de Maria Ana. Hoje, oito anos depois, ela está à frente da Associação Artesanal Agulha Mágica, que garante o sustento de mais de 400 mulheres com panos de prato enfeitados por frutas de crochê. A partir da orientação do Sebrae, as peças estão sendo vendidas em importantes lojas do Brasil e do exterior.

Também foi o apoio do Sebrae que garantiu renda e trabalho a um grupo de 38 pequenos piscicultores de São Luiz do Anuá, em Roraima. O grupo conseguiu resgatar e multiplicar o investimento inicial, que havia sido todo perdido por falta de orientação tecnológica e empresarial. É o Sebrae que está por trás do sistema de associativismo que tem impulsionado os negócios de pequenos comerciantes na cidade de Tubarão, em Santa Catarina. E do trabalho com o coco de babaçu, que assegura o sustento de 12 famílias em São Miguel do Tocantins. Tem o dedo do Sebrae, ainda, na caprinocultura do Pacto Novo, no Cariri da Paraíba, na cooperativa de reciclagem de lixo de Tamandaré, em Pernambuco, no núcleo de artesanato que trabalha com ossos de boi em Jardim, no Mato Grosso do Sul, e no trabalho dos apicultores de Picos, no Piauí.

INCLUSÃO SOCIAL

São só exemplos. A aposta no empreendedorismo e no micro-negócio como fatores de inclusão social, desenvolvimento e cidadania tem revolucionado a vida de milhares de pessoas pelo País afora. Os 144 projetos de Desenvolvimento Local do Sebrae significam trabalho, renda e esperança em



A aposta no empreendedorismo e no micro-negócio como fatores de inclusão social

900 municípios brasileiros. A receita é o apoio ao associativismo e o trabalho de capacitação técnica e gerencial, em projetos nas mais diversas áreas, de acordo com a vocação de cada comunidade: artesanato, agricultura familiar, caprinocultura, apicultura, reciclagem etc.

“O Sebrae está em completa sintonia com a etapa estruturante do Fome Zero, através da identificação de oportunidades e possibilidades de geração de ocupação e renda nas comunidades mais carentes do País. Nós acreditamos que a melhor saída para essas comunidades é o apoio aos pequenos negócios. O empreendedorismo é a melhor forma de promover a inclusão social e fortalecer as economias locais”, analisa o gerente da Unidade de Desenvolvimento Local, Juarez de Paula. Os números, lembra o gerente do Sebrae, comprovam a força do pequeno negócio: 90% das empresas brasileiras são micro e pequenas; 60% dos trabalhadores com carteira assinada estão nas micro empresas. “Se tivéssemos condições de contabilizar o mercado informal, essa participação das micro empresas na economia seria ainda maior”, observa.

O caminho do empreendedorismo é a melhor alternativa num cenário em que os empregos estão cada vez mais limitados, avalia Juarez de Paula. O

problema é que, sem orientação técnica e gerencial adequada, a maioria das pequenas empresas acaba quebrando em dois ou três anos. “As pessoas que abrem um pequeno negócio geralmente não foram preparadas, não foram treinadas para gerenciar a empresa, cuidar do planejamento, dos custos, dos investimentos. A consultoria do Sebrae garante maior sustentabilidade e competitividade a essas empresas”, afirma o gerente.

O trabalho do Sebrae é construído junto com a comunidade. O primeiro passo é investir na auto-estima e autoconfiança das pessoas, identificar as lideranças locais e reuni-las em fóruns, conselhos, consórcios, pactos ou agências de desenvolvimento. O segundo passo é identificar as vocações e potencialidades locais, capazes de gerar mais oportunidades de trabalho e alavancar o desenvolvimento econômico e social da região. O planejamento é participativo e a gestão, compartilhada. É a própria comunidade, com o apoio do Sebrae, que se encarrega de ir atrás das parcerias necessárias para tocar os projetos.



O associativismo e a capacitação técnica e gerencial são a receita de inclusão social e desenvolvimento em 900 municípios brasileiros



Cada um tem sua área de competência, sua especialidade

As parcerias são fundamentais. Elas envolvem prefeituras, governos estaduais, federal, entidades empresariais, instituições financeiras e empresas privadas. A capacitação gerencial é especialidade do Sebrae, mas, no caso de capacitação técnica em projetos de agricultura familiar, por exemplo, a Embrapa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar costumam ter um papel essencial. Do ponto de vista do aporte de recursos financeiros, o Banco do Brasil é um dos maiores parceiros nos projetos do Sebrae. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS tem algumas vezes contribuição decisiva. É o caso do projeto de caprinocultura de Monteiro, na Paraíba, onde o Sebrae garante a capacitação dos produtores, através dos Agentes de Desenvolvimento Rural, o Banco do Brasil financia a compra e o custeio dos animais e o PAA-Leite, do MDS, assegura a compra da produção.

“Nenhum governo, entidade ou empresa é capaz de responder sozinho a todas as demandas de desenvolvimento social e econômico. Cada um tem sua área de competência, sua especialidade. Por isso, as parcerias são tão importantes”, destaca Juarez de Paula. Um projeto de destaque, ainda em negociação com o MDS, é a capacitação, através do Sebrae, de uma parcela do público atendido pelo Programa Bolsa Família. O estímulo ao empreendedorismo seria uma excelente porta de saída para quem hoje não tem outra opção de renda, a não ser o benefício concedido pelo Governo Federal.

PARA SABER MAIS

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

www.sebrae.com.br

(61) 3348-7404

ACESSO À ÁGUA E À ALIMENTAÇÃO

Cisternas para a captação de água de chuva significam saúde e qualidade de vida no sertão. O Prato Popular, segurança alimentar, saúde e dignidade para milhares e milhares de trabalhadores de baixa renda.





O MILAGRE DA ÁGUA — ASA/Febraban

Placas de cimento, calhas e canos de PVC. Um material simples e barato, que vem ajudando – e muito – a conviver com a seca. A construção de cisternas para a captação da água de chuva já mudou a vida de *143 mil famílias* sertanejas, que não precisam mais gastar horas e horas, todos os dias, peregrinando atrás do bem mais precioso do semi-árido, carregando latas e baldes na cabeça e vendo a meninada adoecer por causa da água suja de barreiros, cacimbas, poços e açudes. De julho de 2003 para cá, a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), um fórum constituído por mais de 750 instituições, entre ONGs, igrejas, sindicatos e organizações sociais, possibilitou a mobilização de 157 mil famílias para a construção de 143 mil cisternas na região. O *Programa 1 Milhão de Cisternas*, de iniciativa da ASA, tem o apoio decisivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), através do Programa Fome Zero.

Para o MDS, as cisternas significam saúde e qualidade de vida no sertão. Até o final do ano de 2006, o investimento do Ministério chegará a R\$ 208,9 milhões, com a construção de 141 mil cisternas, em parceria com a ASA. O dinheiro, que vem do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, já rendeu a construção de 103.284 cisternas, de julho de 2003 a julho de 2006. No caso da Febraban, os R\$ 27,3 milhões investidos, em duas etapas do Programa, mudaram, substancialmente, a vida de mais de 20 mil famílias, aproximadamente 100 mil pessoas.

SIMPLES E EFICIENTE

A cisterna de placas de cimento tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água da chuva, quantidade suficiente para o consumo de uma família de até cinco pessoas durante o período de estiagem, que pode chegar a oito meses. Por ano, chovem aproximadamente 750 milímetros na região. A água escorre

pelas calhas, fixadas ao longo do telhado, segue pelos canos, e cai direto na cisterna, construída bem ao lado das casas. Esta técnica é simples e barata: o custo médio de cada tanque fica na faixa de R\$ 1,5 mil. O “ovo de Colombo” foi descoberto há 40 anos, mas, de lá para cá, foi pouco explorado. O ideal será investir na construção de, pelo menos, um milhão de cisternas de placas, envolvendo e beneficiando diretamente, cinco milhões de pessoas. Esse é o objetivo que a ASA pretende alcançar nos próximos cinco anos. O Programa já foi desencadeado em 980 municípios, de 60 microrregiões, dos onze estados que têm o ecossistema semi-árido: os nove do Nordeste, mas Minas Gerais (região norte e vale do Jequitinhonha) e Espírito Santo.

Água mais fácil significa mais renda e mais saúde. Antes das cisternas, a água que as famílias consumiam na época da seca era um líquido leitoso, com mau cheiro, que não era apropriada nem para os animais. *“A água da cisterna é limpa, a gente bebe sem remorso. A outra água era cheia de micróbio, dava dor de cabeça, no corpo e na barriga. Bebia porque era o jeito”*, recorda Ingrácia Rodrigues de Vasconcelos, de Tanque Velho, na Bahia. Renato Macedo, de Lagoa do Pedro, também na Bahia, é outro que fala com tristeza dos tempos em que ele e a vizinhança precisavam beber água do poço: *“Quando era criança, lembro que morria muito menino de disenteria por causa da água. Escapava os que dessem sorte de escapar.”*



A construção de cisternas leva água, saúde, dignidade e cidadania a 143 mil famílias no semi-árido

O impacto na economia local e na renda das famílias beneficiadas também é inquestionável. Gente que ficava boa parte do tempo por conta de buscar água passou a ter condições de buscar um trabalho remunerado. O pessoal de Campo Alegre de Lourdes, na Bahia, que o diga. O município, pioneiro na construção de cisternas em larga escala, já observa o crescimento de novas oportunidades de negócio, como a apicultura. *“Aprendi a trabalhar com abelha. Antes das cisternas, desconhecia outra vida que não fosse a de buscar água”*, afirma Renato Macário, um dos moradores do município. *“Agora eu tenho tempo para trabalhar na roça e fazer umas coisinhas para vender. Quando tinha que buscar água, nem marcava hora de voltar. Saía de manhã e só voltava de tarde”*, lembra Geralcina dos Santos Brito, em Melancia, na Bahia.

A convivência com o semi-árido e o acesso à água, um direito essencial de todo ser humano, fazem parte da política do Governo Federal de combate à fome e à miséria – o Programa Fome Zero. Para ser beneficiada pelo programa de cisternas, a família deve estar enquadrada nos critérios de elegibilidade do Bolsa Família, mesmo que ainda não esteja recebendo o benefício. Ela também precisa passar por um curso de capacitação, para aprender a usar e manter a cisterna, e também para aprender a usar a água de modo racional, adequado. Os reservatórios são construídos com mão-de-obra local, por pedreiros e pedreiras capacitados/as pelo próprio Programa, e materiais adquiridos no comércio dos município da própria região.

Além do cuidado com a água, tão preciosa na região, os moradores beneficiados com o Programa ainda podem usar o conhecimento adquirido nos cursos de capacitação para procurar trabalho no mercado de construção civil, mais tarde, observa a diretora de Responsabilidade Social da Febraban. A entidade, lembra ela, já capacitou mais de 500 pedreiros no semi-árido.

Com um leque de mais de 400 mil funcionários e 40 milhões de clientes, os bancos podem ser um instrumento e tanto de divulgação e captação de recursos para o *Programa 1 Milhão de Cisternas*. É de olho nesse público que a Febraban está montando uma ampla campanha sobre o trabalho da entidade no semi-árido. *“Acreditamos que, mostrando a nossa ação, outros grupos e pessoas também possam se sensibilizar para a questão e entrar nessa luta pelas cisternas no semi-árido.”* Uma luta que tem tudo a ver com a espinha dorsal do Programa Fome Zero: a articulação de governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada para combater a miséria e a fome no País.

PARA SABER MAIS

ASA

Articulação no Semi-Árido e

www.asabrasil.org.br

(81) 9904-0030

Febraban

www.febraban.org.br

(11) 3244-9818/24



O PRATO DO POVO — Coca-Cola

Seu João Carvalho tinha que fazer mágica com a aposentadoria de um salário mínimo para poder almoçar todo dia. Com 69 anos, sem mulher ou filhos em casa, ele apelava para o prato feito gorduroso da lanchonete vizinha. Gastava R\$ 4,00 por refeição. O jeito era se virar com um bico e outro, nessa altura da vida, para conseguir fazer o dinheiro render um pouco. Dona Sônia de Moraes, de 42 anos, tem apenas 20% de visão e também vive sozinha, com um benefício social de um salário mínimo. Sem ter como trabalhar para conseguir uma renda extra, ela se virava como podia na cozinha, sempre com medo de se queimar e de se cortar, por não enxergar direito.

De uns tempos para cá, as vidas do seu João e da dona Sônia mudaram um bocado. A qualidade da alimentação, então, nem se fala. Os dois almoçam de segunda a sexta no *Prato Popular* de Cuiabá, um dos treze restaurantes populares lançados pela Coca-Cola Brasil, uma das empresas parceiras do Fome Zero. No prato de seu João e de dona Sônia, agora, tem arroz, feijão, macarrão, carne vermelha ou branca e salada variada. O almoço sai por R\$ 1,00.

“É uma maravilha, uma comida caseira, saudável e variada. E, com o dinheiro que eu economizo, dá para comprar queijo e fruta. Um luxo que eu não podia ter antes”, conta o aposentado. Dona Sônia concorda: “A comida é excelente e o preço ajuda muito. Meu gás agora dura até um ano. O dinheiro que eu gastava a mais hoje dá para comprar uma roupa, um remédio.”

SEGURANÇA ALIMENTAR

O *Prato Popular* significa segurança alimentar, saúde e dignidade para milhares e milhares de aposentados, catadores de lata e papel, desempregados, crianças de rua, camelôs e trabalhadores de baixa renda. O diretor de Comunicação da Coca Cola Brasil, Marco Simões, lembra que já foram servidas mais de 1,8 milhão de refeições desde abril de 2003, quando a empresa inaugurou o primeiro restaurante popular, em Porto Alegre. Muita gente que enganava a fome com um lanche ligeiro na hora do almoço agora tem garantida uma refeição completa, saborosa e regionalizada. Melhor ainda: uma refeição equilibrada, do ponto de vista nutricional, protéico e calórico.

Em dois anos, a experiência de Porto Alegre não parou de se multiplicar. Em parceria com outras empresas, com governos estaduais e municipais, a Coca Cola abriu o *Prato Popular* também em Manaus, Belo Horizonte, Cuiabá, João Pessoa, Maracanaú (Grande Fortaleza), Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Feira de Santana, Recife, Cariacica (ES) e Belém. O objetivo é abrir um restaurante popular em cada estado brasileiro.

“Há ainda, e era esse o nosso objetivo, vários exemplos de restaurantes populares abertos por outras empresas, seguindo o nosso formato”, orgulha-se o representante da companhia. Sobre a parceria com o Fome Zero, ele observa que “o *Prato Popular* encarna muito bem a filosofia da democracia participativa, o engajamento da sociedade civil na solução de problemas do País. Neste e em muitos outros casos, o governo funciona como catalizador de projetos de empresas privadas, ONGs, etc.”

PARCERIAS

Essa corrente de solidariedade funciona de forma bem azeitada no caso do *Prato Popular*. As parcerias são as mais variadas, dependendo da cidade onde é aberto o restaurante. O prédio do restaurante geralmente é cedido pela prefeitura ou pelo governo estadual. Uma ou mais instituições patrocinadoras adquirem refeições a preço de custo, oferecidas por uma empresa parceira fornecedora de alimentos – normalmente empresas de alimentação industrial que já produzem refeições para os funcionários das fábricas locais da Coca Cola – disposta a trabalhar sem lucros.



Comida barata e de qualidade garante saúde e dignidade para milhares de aposentados, desempregados, catadores de rua e trabalhadores de baixa renda pelo Brasil afora

Fica a cargo dessa empresa cuidar da parte operacional do restaurante, incluindo a contratação de funcionários. A diferença entre o custo de cada prato e o valor pago pelos usuários, R\$ 1,00, é completada pelas empresas patrocinadoras. O investimento também inclui a manutenção mensal do restaurante e todos os equipamentos, utensílios e materiais necessário ao funcionamento do *Prato Popular*.

No caso do restaurante de Cuiabá, aquele onde o seu João e a dona Sônia almoçam de segunda a sexta, foi o Governo do Mato Grosso que cedeu e reformou o imóvel. A Coca-Cola Brasil e o fabricante local, a Renosa forneceram talheres, pratos, bandejas e todos os equipamentos do restaurante. As empresas também subsidiam, junto com a Brasil Telecom e a Café Brasileiro, a diferença entre o custo das refeições e o valor pago pelos usuários. Cabe à D’Cheff, que já era fornecedora da Coca-Cola, toda a preparação dos pratos, desde a compra dos produtos até a distribuição dos alimentos. É a D’Cheff que mantém os cinco funcionários do restaurante, além de uma nutricionista para acompanhar, de perto, a qualidade das refeições.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

“Nós fomos procurados pela Coca-Cola Brasil no começo de 2004 e logo abraçamos a causa. É uma questão de responsabilidade social”, justifica o proprietário da D’Cheff, Carlos Alberto Schmidt. Ele lembra que o *Prato Popular* de Cuiabá, assim como os dos outros estados, só atende quem realmente não pode pagar o preço normal de uma refeição. Para isso, é feito um cadastramento rigoroso e entregue um crachá de freqüentador aos beneficiados.

É essa consciência que norteia o projeto da Coca-Cola Brasil. “Somos uma empresa-cidadã, com forte atuação na área de responsabilidade social e investimentos anuais de cerca de R\$ 41 milhões em mais de 140 projetos sociais e ambientais”, frisa Marco Simões. Entre os outros projetos desenvolvidos pela empresa, estão o *Reciclon*, *Ganhou*, desenvolvido em 18 estados brasileiros, e o Programa Coca-Cola de Valorização do Jovem, que combate a evasão escolar e beneficia anualmente cerca de 4 mil estudantes.

PARA SABER MAIS

Coca-Cola

www.cocacolabrasil.com.br

(21) 2559-1159

DOADORES EVENTUAIS

Objetos de arte viram água para o sertanejo. Alimentos, segurança alimentar; computadores, telecentros; veículos e equipamentos de trabalho são utilizados nas ações de inclusão social para as populações carentes.





FOME ZERO

BRAS
MUSEUM PAÍS E T
GOVERN

GITARRAS, TELAS, REMÉDIOS E ALIMENTOS

O roqueiro Lenny Kravitz nunca poderia imaginar que sua guitarra ia acabar virando água em pleno semi-árido brasileiro. Depois de sacudir milhares e milhares de fãs numa turnê pelo Brasil, em março passado, o astro decidiu dar um destino ainda mais nobre ao instrumento, doando-o ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser usado como fonte de recursos para o Fome Zero. Leiloadada pela Ong Apoio Fome Zero, a guitarra de Kravitz, rendeu R\$ 322 mil, ou melhor, possibilitou a construção de 212 cisternas na região mais seca do País.

Antes dele, porém, outros já haviam trilhado este caminho, é o caso do grupo brasileiro Capital Inicial, que também doou uma guitarra para o Fome Zero em 2003, do músico Bono Vox da banda irlandesa U2 uma das mais populares do mundo e do multi-instrumentalista e vocalista George Benson que seguiram o mesmo caminho. Destacam-se também na lista de bens doados para leilão, um jipe *troller* da Brasil Veículos Companhia de Seguros, duas telas do artista Luis Carlos da Rocha Silva e uma bandeira do Brasil autografada pelos atletas que participaram do Pan Americano 2003; todos leiloados com arrecadação revertida para a construção de cisternas.

Cada cisterna tem a capacidade de acumular água de chuva, suficiente para uma família beber, cozinhar e cuidar da higiene pessoal por oito meses.

Se os leilões realizados com o apoio da ONG AjudaBrasil transformam em cisternas objetos que não podem beneficiar diretamente a população mais carente, inúmeras parcerias são estabelecidas para que gêneros alimentícios cheguem diretamente aos mais necessitados. Uma parceria com a Receita Federal, por exemplo, permitiu que o equivalente a quase R\$ 2 milhões em alimentos, roupas e sapatos apreendidos fossem distribuídos pelo Fome Zero.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – é uma das maiores parceiras na distribuição de alimentos, roupas, sapatos, embalagens, remédios e até mobiliário doados por empresas, entidades e pessoas físicas. As doações vão para os Bancos de Alimentos, vítimas de enchentes, famílias acampadas, comunidades indígenas, quilombolas, entidades assistenciais, comitês gestores

do Fome Zero, prefeituras e até outros países. No ano passado, o Governo do Haiti foi beneficiado com mais de 120 mil litros de água mineral.

Com o desafio de combater a fome e o desperdício de alimentos, o Fome Zero e o Programa MESA Brasil do SESC tornaram-se parceiros no desenvolvimento de ações estratégicas na promoção da segurança alimentar e nutricional de milhares de brasileiros. Em 2005, foram arrecadados pelo MESA BRASIL, com o apoio do Programa Fome Zero e empresários, mais de 14.700 quilos de alimentos, beneficiando quase 500 mil pessoas por dia. Se comparados com o primeiro quadrimestre de 2006, os novos resultados são ainda mais surpreendentes: 8.048.959 quilos de alimentos distribuídos em todo o território nacional. Isto só é possível mediante a participação de empresários comprometidos com as questões sociais brasileiras. Um exemplo é a parceria com a Unilever, que com a intermediação do Fome Zero, doou 336.000 latas de extrato de tomate, 350 mil litros de leite, 150 toneladas de feijão e 100 toneladas de arroz ao MESA BRASIL SESC. Tais doações permitem ao Programa, além do atendimento a entidades sociais, atuar numa perspectiva de desenvolvimento comunitário, com assistência a segmentos vulneráveis do ponto de vista social e nutricional como quilombolas e comunidades indígenas.

Para viabilizar a produção e a distribuição de cartilhas sobre segurança alimentar e nutricional para mais de 40 milhões de crianças brasileiras nas escolas de primeiro grau, o MDS contou com as parcerias da Editora Globo e dos Correios.

Outros bons exemplos não faltam. A Gilat do Brasil doou 463 mesas e 780 cadeiras, distribuídas, junto com os 397 microcomputadores oferecidos pelo BNDES, para entidades como o Movimento Viva Rio e o Banco de Alimentos de Santo André. As 45 toneladas de biscoito da Marilan Alimentos, de São Paulo, foram distribuídos a 174 entidades assistenciais do País inteiro e ainda alimentaram os estoques das Prefeituras de Recife e de Água Preta, em Pernambuco, e da Secretaria de Desenvolvimento Humano de Alagoas. As três toneladas de arroz da empresa catarinense Josapar foram para a Ação Social Arquidiocesana de Santa Catarina e as quase cinco toneladas de miúdos de ema, da Nhandu-Guaçú do Rio Grande do Sul, tiveram como destino o Banco de Alimentos do Estado.

Entre as empresas – que recebem isenção de ICMS e/ou IPI sobre os produtos doados –, o maior destaque também é o Grupo Carrefour. Em 2003, a empresa doou o equivalente a R\$ 34,7 mil em gêneros alimentícios. Em 2004, a doação pulou para o equivalente a R\$ 385 mil. Foram 294 toneladas de gêneros alimentícios e 5 mil colchões, que ajudaram vítimas de enchentes

no Nordeste. “Colaborar com o Fome Zero foi uma estratégia natural do Carrefour, que já tem uma forte cultura de responsabilidade social”, observa o diretor executivo do Grupo, Jorge Herzog. Para ele, todas as empresas, especialmente as grandes, que têm um enorme poder de mobilização, precisam se integrar ao esforço de combater a fome e a miséria no País. Importante também, ressalta Herzog, é que essa parceria seja o mais ampla possível, envolvendo governo, iniciativa privada e terceiro setor.

A gerente de comunicação do Laboratório Pfizer, Sandra Castellano, reforça: “O desenvolvimento social é sem dúvida um grande desafio. A participação de diversos setores da sociedade é o caminho para o sucesso de projetos dessa natureza.” O laboratório aparece entre os principais doadores do Fome Zero em 2004, com o equivalente a R\$ 308 mil em remédios, encaminhados aos depósitos da CONAB.

Entre as entidades empresariais, destaca-se a Associação Brasileira de Papelão Ondulado, cuja doação de embalagens saltou de R\$ 2 mil, para o equivalente a R\$ 366 mil, em 2004. Ao todo, foram um milhão de caixas que ajudaram a reduzir o desperdício de alimentos em Pernambuco, Bahia, Amazonas, Minas Gerais e São Paulo. “Embalar os alimentos doados pelo Fome Zero foi a maneira que encontramos para contribuir com o programa. O combate ao desperdício de alimentos também tem sido prioridade para o setor de papelão ondulado, que se destaca pela sua eficiência no transporte, resistência, facilidade de estocagem, alta taxa de reciclagem e biodegradabilidade”, justifica o presidente da associação, Paulo Sérgio Peres.

Congregando cerca de 700 mil empresas e gerando cerca de seis milhões de empregos diretos em todo o país, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) comemora, em 2006, 20 anos de história em prol do desenvolvimento do segmento de alimentação fora do lar no cenário nacional. Realiza anualmente o Festival Nacional de Gastronomia. Cada restaurante participante elabora um prato especialmente para o evento e na comercialização de cada um destes pratos o Fome Zero recebe R\$ 1,00. Entre as políticas para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao setor, em execução pela Abrasel, estão os investimentos na qualificação da mão-de-obra apoiando as famílias pobres na busca do emprego em bares e restaurantes.

Reunindo empresas fabricantes de autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus) e máquinas agrícolas automotrizes (tratores de rodas e de esteiras, cultivadores motorizados, colheitadeiras e retroescavadeiras) com instalações industriais no Brasil a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), fundada em 1956, realiza anualmente exposições automotivas. Os recursos arrecadados nas bilheterias das feiras tem sido doados ao Fome Zero.

Todos estes recursos vão para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza cujo valor é utilizado na construção de cisternas para coletar água de chuva para as famílias pobres do semi-árido brasileiro.

As doações – que chegam a R\$ 18 milhões – são gerenciadas pela Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. A SAIP encarrega-se também de encaminhar, por exemplo, as arrecadações de bilheterias dos mais diversos espetáculos culturais com renda destinada ao Fome Zero. Arrecadações de alimentos, em menor volume, são encaminhadas diretamente a entidades e comunidades carentes. Qualquer doação é bem vinda e ajuda a costurar uma imensa teia de solidariedade e dignidade pelo País afora.

PARA SABER MAIS

www.fomezero.gov.br

0800 707 2003

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS

parcerias@mds.gov.br